



UnB

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Faculdade da Ciência da Informação
Curso de graduação em biblioteconomia

Jess de Araújo Sá

**VALIDAÇÃO DE *BLOGS* COMO FONTES ALTERNATIVAS DE
INFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES:**
o caso da temática trans

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Rabello

Brasília - DF
Julho, 2019

Jess de Araújo Sá

**VALIDAÇÃO DE BLOGS COMO FONTES ALTERNATIVAS DE
INFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES:**
o caso da temática trans

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado à Faculdade de Ciência da Informação
da Universidade de Brasília, como requisito parcial
para obtenção do grau de Bacharel em
Biblioteconomia.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Rabello

Brasília - DF
Julho, 2019

FICHA CATALOGRÁFICA

S111 Sá, Jess de Araújo. 1996 -

Validação de blogs como fontes alternativas de informação para o desenvolvimento de coleções: o caso da temática trans/ Jess de Araújo Sá. - 2019.
82p.: il. col.

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em biblioteconomia) – Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação, 2019.
Inclui bibliografia.
Orientação Profº. Dr. Rodrigo Rabello

1.Desenvolvimento de coleções 2.Critério de seleção 3.Blogs
4.Transexualidade I.Título

CDU: 025.1-055.3



Título: Validação de *blogs* como fontes alternativas de informação para o desenvolvimento de coleções: o caso da temática trans.

Estudante: Jess de Araújo Sá.

Monografia apresentada à Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Brasília, 14 de agosto de 2019.

Robrigo Rabello da Silva - Orientador
Professor da Faculdade de Ciência da Informação (UnB)
Doutor em Ciência da Informação

Michelli Pereira da Costa - Membro
Professora da Faculdade de Ciência da Informação (UnB)
Doutora em Ciência da Informação

Elton Martires Pinto - Membro
Professor da Faculdade de Ciência da Informação (UnB)
Mestre em Ciência da Informação

Dedico esse trabalho a mim que em meio ao caos não
deixou de lutar para chegar até aqui.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a mim por sempre ter coragem e garra para lutar pelas coisas que quero.

Agradeço a minha mãe Delquíria por ser meu exemplo de sensatez e cabeça fria para enfrentar os momentos difíceis, meu pai Fausto por sempre me apoiar em todas as minhas escolhas e me inspirar a sempre correr atrás dos meus sonhos, minhe irmane Jobim por sempre me fazer rir e discutir assuntos socialmente relevantes na mesa do café da manhã. Sem vocês eu não teria apoio para chegar até aqui. Um agradecimento especial a minha fada madrinha Rosi por ter me dado os primeiros contatos com o mundo dos livros.

Agradeço aos meus amigos do biblioclã: Maria Carolina, Carem, Laryssa, Carine, Everson e Luis por me aguentar durante esses anos de faculdade no meio de risos, choro e desesperos de final de semestre, vocês são incríveis. A Danielle por me apoiar e me entender no meio das minhas ideias confusas, sempre com um bom humor contagiante, a Lorena por ser minha parceira de manifestações, a Camila por me ouvir, me aceitar e apoiar do jeito que sou e me alegrar com suas loucuras e histórias nada lineares. A todos os amigos que a biblioteconomia me proporcionou obrigado por terem me dado o prazer de conhecer e compartilhar bons momentos com vocês.

Agradeço a mais 7 pessoas importantes que estão presentes em tudo o que eu faço, que me ensinaram a lutar mesmo que eu tenha medo ou não tenha confiança. Obrigado por apostarem tudo em mim assim como sempre aposto tudo em vocês.

Agradeço também a oportunidade de ter cursado biblioteconomia na FCI e todas as oportunidades que a UnB me proporcionou, não só academicamente, mas também com as oportunidades de reflexão e aprimoramento enquanto pessoa. Agradeço a todos os professores com quem tive contato desde a infância, que durante a minha vida me motivaram a questionar, a sempre ser curioso e tentar aprender o máximo que posso.

Um agradecimento especial ao professor Rabello pelas aulas que assisti, pela paciência e pelas discussões e ideias que me ajudaram a escrever esse trabalho. Encerro dizendo que os professores são os verdadeiros super-heróis que salvam o dia; eles merecem toda a admiração e prestígio do mundo.

“-Você é um garoto ou uma garota?
-Eu sou uma experiência. ”
Stevonnie

RESUMO

Este estudo tem como foco a validação de *blogs* como fontes alternativas de informação para o desenvolvimento de coleções mediante um estudo de caso no âmbito do tema transexualidade. Busca contribuir, portanto, com as reflexões sobre formas de validação de informações encontradas em mídias alternativas, principalmente *blogs*, mediante critérios de seleção de modo a subsidiar o profissional de informação no processo de formação de acervos digitais como fontes diferenciadas de informação. Para tanto, a pesquisa se caracteriza por ter uma natureza teórica, com caráter qualitativo, descritivo e documental. Para a análise dos dados, obtidos a partir dos *blogs*, foi criado um quadro contendo elementos descritivos e de autoridade – autoridade na seleção, autoridade científica, autoridade cognitiva, autoridade epistêmica, autoridade a partir do local de fala. Ao realizar a interpretação dos dados, observou-se que tais critérios de autoridade para o desenvolvimento de coleção podem se complementar de modo a trazer uma análise mais completa das fontes de informação ou de informações no contexto das mídias alternativas. Nessa direção, os critérios de autoridade e de local de fala são relevantes para a validação de informações muitas vezes com pouca representatividade nas mídias tradicionais, como é o caso das minorias sociológicas, onde se insere o movimento LGBTQI+, que incorpora a temática trans. Com a aplicação de tais conceitos para a validação de *blogs* como fontes alternativas de informação, observaram-se pontos de convergência de modo a contribuir para o processo de seleção de materiais de informação. Por fim, os critérios de autoridade e de local de fala podem contribuir para a validação de fontes e de informações relativas a outras temáticas veiculadas em mídias alternativas, sobretudo no contexto digital e em rede, podendo também ser explorada em serviços de referências específicos.

Palavras-Chave: Critérios de seleção. Autoridade científica. Autoridade cognitiva. Autoridade epistêmica. Local de fala. Mídia alternativa. Blog. Transexualidade

ABSTRACT

This study focuses on the validation of blogs as alternative sources of information for the development of collections through a case study on the theme of transsexuality. Therefore, it seeks to contribute to the reflections on ways to validate information found in alternative media, especially blogs, through selection criteria in order to support the information professional in the process of forming digital collections as different sources of information. Therefore, the research is characterized by having a theoretical nature, qualitative, descriptive and documentary. For the analysis of the data obtained from blogs, a table was created containing descriptive and authoritative elements - selection authority, scientific authority, cognitive authority, epistemic authority, authority from the standpoint. In performing the interpretation of the data, it was observed that such authority criteria for collection development can complement each other in order to bring a more complete analysis of information sources or information in the context of alternative media. In this sense, the criteria of authority and standpoint are relevant to the validation of information often with little representation in traditional media, such as sociological minorities, where the LGBTQI + movement, which incorporates the trans theme. With the application of such concepts to the validation of blogs as alternative sources of information, convergence points were observed in order to contribute to the process of selecting information materials. Finally, the criteria of authority and standpoint can contribute to the validation of sources and information related to other themes conveyed in alternative media, especially in the digital and network context, and can also be explored in specific reference services.

Keywords: Selection criteria. Scientific authority. Cognitive authority. Epistemic authority. Standpoint. Alternative media. Blog. Transsexuality

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Desgenerads	51
Figura 2	Diário de uma garota trans	52
Figura 3	Boy	53
Figura 4	Espaço Queer	54
Figura 5	Espectometria não binária	55
Figura 6	MidiaQueer	56
Figura 7	Mais um homem trans	57
Figura 8	Resistência não binária	58
Figura 9	Transfinge	59
Figura 10	Transgredindo a norma	60
Figura 11	Trans connection	61
Figura 12	Ivan	62
Figura 13	Sem título	63
Figura 14	Nicholas Marden	64
Figura 15	Da'ninosfear	65
Figura 16	Negros blogueiros	66

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Organização do trabalho	20
Quadro 2	Elementos para coleta e análise dos dados	22
Quadro 3	Critérios para avaliação de fontes de informação na Web	37
Quadro 4	Critérios de autoridade	48
Quadro 5	Degenerads	51
Quadro 6	Diário de uma garota trans	52
Quadro 7	Boy	53
Quadro 8	Espaço Queer	54
Quadro 9	Espectometria não binária	55
Quadro 10	MídiaQueer	56
Quadro 11	Mais um homem trans	57
Quadro 12	Resistência não binária	58
Quadro 13	Transfinge	59
Quadro 14	Transgredindo a norma	60
Quadro 15	Trans connection	61
Quadro 16	Ivan	62
Quadro 17	Sem título	63
Quadro 18	Nicholas Marden	64
Quadro 19	Da’Ninosfear	65
Quadro 20	Negros Blogueiros	66
Quadro 21	Síntese de títulos, autoria, temas e <i>links</i> dos <i>blogs</i> sobre a temática trans	67

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

LGBTQI+ - Lesbicas, Gays, Trans, Queer, Intersexo e Mais

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

BCE – Biblioteca Central da UnB

NASA - NationalAeronauticsand Space Administration

BD – Biblioteca Digital

IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

ONG - Organização Não-Governamental

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
1.1 Contextualização	13
1.2 Formulação do problema e justificativa	14
1.3 Objetivos	16
1.4 Referencial teórico	16
1.5 Organização do trabalho.....	19
2 METODOLOGIA	21
2.1 Classificação da pesquisa	21
2.1.1 Instrumento teórico	22
2.2 Etapas para a revisão de literatura.....	22
2.3 Delimitação do <i>corpus</i>	23
3. REVISÃO DE LITERATURA	25
3.1 Fontes de informação no contexto digital	25
3.1.1. Documento digital	26
3.1.2. <i>Blog</i>	27
3.2 Desenvolvimento de coleções	29
3.2.1 Política de desenvolvimento de coleções	30
3.2.2 Estudo de usuários.....	32
3.2.3 Seleção	33
3.2.4 Aquisição.....	34
3.2.5 Avaliação.....	35
3.2.6 Desbaste	36
3.3 Critérios de validação de fontes de informação na Web	36
3.3.1 Autoridade como critério de validação da informação.....	38
3.4 Movimento LGBTQI+	42
3.4.1 A transexualidade ao longo dos séculos.....	43
3.4.2 Local de fala	45
4 APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	48
4.1 Tipos de autoridade e local de fala.....	48
4.2 Critérios de autoridade	50
5 CONCLUSÕES.....	72
Referências.....	75

1. INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

O desenvolvimento de coleções é um meio para planejar produtos e serviços de informação, auxiliando – mediante critérios de seleção, aquisição, avaliação e desbaste – para que a coleção não se transforme em um agrupamento de documentos descontextualizados. Auxilia, nessa direção, os “[...] momentos em que o bibliotecário deve decidir entre um item ou outro” (DIAS; SILVA; CERVANTES, 2012, p.44).

Ao atender determinadas demandas sociais por informação, é relevante que as bibliotecas desenvolvam políticas de coleções e serviços relacionadas a promover o direito à cidadania, à pesquisa e à produção de conhecimento, para melhor entender as necessidades e anseios de grupos socialmente marginalizados.

As reivindicações de direitos por parte de movimentos que compõem minorias sociais, como é o caso do movimento LGBTQI+¹, encontram no direito à produção, circulação e acesso à informação um desafio, por exemplo, para a luta contra a LGBTQIfobia, contra o discurso conservador e os valores dominantes de silenciamento de grupos e sujeitos sociais, na busca pelo reconhecimento de sua cidadania, direitos civis e identidade (SANTOS; TARGINO; FREIRE, 2017, p.117).

Este estudo tem como foco a validação de fontes de informação para o desenvolvimento de coleções no âmbito do tema transexualidade, que corresponde a um grupo que faz parte da comunidade LGBTQI+. Na busca pela despatologização da transexualidade, a utilização do sufixo “ismo” na palavra transexualismo denota um aspecto de “doença” ou “transtorno” (PREU; BRITO, 2018, p.98). É importante que o termo transexual, transexualidade, transgênero ou trans seja utilizado substituindo o antigo termo “transexualismo”. Isso porque quando o termo “trans” é utilizado, expressa a forma de se referir a alguém que não se identifica com o gênero e sexo que lhe foi socialmente atribuído no nascimento e que não necessariamente passou por um processo cirúrgico, incluindo também as outras expressões de gênero que podem não se dividir no espectro masculino e

¹ A sigla LGBTQI+ tem como objetivo abarcar diferentes comunidades como Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queer, Intersexo e mais. A sexualidade e orientação de gênero por continuar crescendo em definições é difícil abarcar todas em uma sigla. Jesus (2012) cita que no Chile é comum se utilizar TLGB, em Portugal também se tem utilizado a sigla LBTTTQI, incluindo pessoas *queere* intersexuais. Nos Estados Unidos se encontram referências a LBTTTQIA (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Travestis, Transexuais, *Queer*, Intersexuais e Assexuados). Utilizaremos LGBTQI+ por abarcar mais os movimentos citados como exemplo e por deixar o espaço de inclusão de mais movimentos ao utilizar o sinal de “+”.

feminino como não binários (pessoas que não se identificam exclusivamente como homem ou mulher), gênero fluído (pessoas que mudam de gênero de tempos em tempos) e outras manifestações que fogem do gênero imposto ao nascer, mas que não se encaixam na binariedade.

A internet, sobretudo com a criação da Web, por ser um canal de relativa liberdade para a produção de conteúdo, possibilita ao sujeito produzir e encontrar histórias de pessoas que também passaram por processos de transição e aceitação de sua identidade de gênero. A Web tem se apresentado como um caminho para criação e difusão de informações, permitindo possibilidades de construção de fontes de informação, utilizando mídias alternativas. Esses meios, como espaço profícuo para a produção de informação que dão voz a grupos socialmente marginalizados, nem sempre trazem consigo elementos de autoridade comumente presentes nos meios tradicionais, que passam, por exemplo, pela validação editorial.

As mídias alternativas, se concebidas como fontes alternativas para a seleção no contexto de desenvolvimento de coleções, trazem desafios a serem enfrentados pelos profissionais de informação, à medida que o planejamento de acervos, analógicos ou digitais, demanda do profissional de informação ancoragem em critérios previamente delimitados e passíveis de aplicação.

1.2 Formulação do problema e justificativa

As mídias alternativas são, em alguma medida, articuladas ao modelo da contrainformação que visa desobstruir o acesso à opinião pública para os mais diferentes grupos sociais, políticos, étnicos, religiosos, de gênero, etc. (MAZETTI, 2007, p.1). Por mídias alternativas entende-se a maioria das manifestações identificadas como alternativas a fontes de informação institucionalizadas nas mídias tradicionais. Exemplos de mídias alternativas podem ser observados em jornais populares, rádios comunitárias, experiências com vídeo e cinema, fanzines, páginas sociais, blogs etc.

Com conteúdo dirigido e voltado para grupos subalternos, muitas dessas mídias são produtos da atuação da sociedade civil organizada como fonte de informação para movimentos sociais (MAZETTI, 2007, p.1). Na comunicação alternativa em rede se busca construir espaços de afirmação de óticas interpretativas críticas e de práticas jornalísticas cooperativas, com a finalidade de defender a diversidade informativa e valores éticos (MORAES, 2007, p.3).

Trazendo a questão das mídias alternativas para o campo da Biblioteconomia e Ciência da informação, considerar-se-ão, no presente trabalho, preocupações de validação de informações de mídias alternativas no processo de desenvolvimento de coleções. Focar-se-ão, principalmente, as mídias alternativas em meio digital, contexto em que a produção *blogs* é um fenômeno observável na atuação de minorias sociológicas.

Noutras palavras, o presente trabalho busca contribuir com a discussão sobre formas de validação de informações encontradas em mídias alternativas, principalmente *blogs*, mediante critérios de seleção de modo a subsidiar o profissional de informação no processo de formação de acervos digitais como fontes diferenciadas de informação. Portanto, o intuito é discutir o que torna uma informação válida, quais critérios podem ser utilizados para validar conteúdos diferenciados que fogem dos critérios convencionais de validação realizados por instituições informativo-documentais, de forma que possa ser pensado a atender a uma demanda específica de informação, no caso, a demanda de pessoas trans por assuntos dentro da temática.

Essa questão torna-se particular diante o fato de a Ciência da Informação se apresentar como um espaço para investigação do fenômeno informação em diferentes contextos sociais. Ainda assim, há uma lacuna nos estudos sobre necessidades de informação de grupos marginalizados, isto é, grupos que vivem à margem da sociedade e que têm tido seus direitos negligenciados, tais como os correspondentes às comunidades LGBTQI+, em particular a comunidade trans (PINTO; LEITE, 2018, p.110).

Tanto na literatura nacional como na estrangeira em ciência da informação, estudos da informação em comunidades LGBTQI+ são escassos (PINTO; LEITE, 2018). Na investigação de Adams e Peirce (2006, p.1), observa-se que as pessoas trans parecem estar à margem dos estudos da informação em comunidades LGBTQI+. Pelo fato de a temática trans não ser amplamente debatida na esfera pública, a escassez de fontes de informação sobre o assunto tem dificultado a satisfação de necessidades informacionais específicas das pessoas trans (PINTO; LEITE, 2018). Também é uma forma de demonstrar que se a informação não vai ao encontro da população trans, seja por difícil acesso, falta de publicações institucionais ou até mesmo preconceito, ela encontra outros meios para ser discutida e utilizada pela população em questão.

Considerando a relação entre critérios de seleção e validação de mídias alternativas para o desenvolvimento de coleções sobre a temática trans, a presente pesquisa tem como horizonte responder a seguinte pergunta: como identificar, descrever e/ou propor critérios que

possam ser utilizados para a validação de *blogs* como fontes de informação alternativa para o desenvolvimento de coleções, utilizando, como exemplo, o caso da temática trans?

1.3 Objetivos

Geral

Identificar e descrever critérios para a validação de informações de mídias alternativas para serem utilizadas como fonte de informação para a formação e desenvolvimento de acervos em contexto digital, considerando, especificamente, *blogs* sobre a temática trans.

Específicos

1. Identificar e descrever critérios de seleção de materiais de informação para o desenvolvimento de coleções a partir de conceitos de autoridade epistêmica, cognitiva, científica e de local de fala.
2. Demonstrar a aplicabilidade de critérios de seleção para o processo validação da autoridade de *blogs* sobre a temática trans como fontes de informação no âmbito da formação e desenvolvimento de coleções digitais.

1.4 Referencial teórico

De acordo com Martins (2002, p.323), a evolução da biblioteca foi um processo gradativo, ininterrupto e simultâneo de transformação, à medida que armazenou e organizou diferentes suportes e tipos de documentos, desde tabletas de argila, rolos de papiro e pergaminho, códice, livro impresso, até chegar ao livro e a outros documentos digitais. Além dos diferentes tipos de suporte, as bibliotecas têm oferecido distintos serviços, como catálogos OPAC, bookmarks, disseminação seletiva de informação, além da variedade de produtos e serviços que o ambiente digital e em rede tem propiciado no âmbito das bibliotecas digitais.

Ao abordar a biblioteca digital, Cunha (2008) a descreve como uma coleção de informação digitalizada e organizada que tem um potencial informacional que dificilmente terá sido alcançado por uma biblioteca convencional. Essa potencialidade reflete nos serviços que a biblioteca oferece, onde a procura por informação ainda permanece, mas agora com novas necessidades e novas demandas, além de visualização passiva, os usuários querem ser capazes de personalizar, reutilizar e manipular as informações que elas localizam (PRITCHARD, 2014, p. 7).

Juntamente com os serviços, o desenvolvimento de coleções consiste em um processo para construir o acervo de bibliotecas que servirão ao estudo, ao ensino, à pesquisa e a outras necessidades pertinentes aos usuários (DIAS; SILVA; SERVANTES, 2012, p.43). O produto do desenvolvimento de coleções consiste em políticas que norteiam os objetivos e critérios da biblioteca. A política consiste em “ um processo permanente no qual as atividades de seleção, aquisição e avaliação de materiais permaneçam em contínua sintonia com as necessidades de informação da comunidade de usuários” (MIRANDA, 2018, p.95).

De acordo com Andrade e Araújo (2013, p.10), a política de acervo, bem como outras políticas e procedimentos administrativos podem ser realizados nas bibliotecas digitais, mantendo algumas características ou processos realizados nas bibliotecas tradicionais. É importante que as bibliotecas digitais se preocupem em formalizar os processos ocorridos nas atividades de coleções, pois elas ainda precisam de documentos para manutenção de suas atividades para o público que a utiliza e também para o acervo.

No tocante ao desenvolvimento de coleções é importante abordar processos constituintes, particularmente o estudo de comunidade, a seleção, a aquisição, a avaliação e o desbaste.

A seleção consiste em um processo realizado por profissionais levando em consideração a comunidade a que estão servindo, os recursos disponíveis e as próprias características do assunto ou do material objeto da atividade de seleção (VERGUEIRO, 2010, p. 40). Weitzel (2012, p. 186), explica que os critérios de seleção podem ocorrer em relação ao usuário (utilizando o julgamento pelo ponto de vista da biblioteca ou se duas necessidades), em relação ao documento (pelo valor intrínseco da obra) ou em relação a características extrínsecas do documento. A presente pesquisa enfocará o critério de autoridade² para a seleção de fontes de informação para o desenvolvimento de acervos digitais.

No âmbito digital, as fontes se constituem em um conjunto de recursos que fornecem informações, cujo valor varia conforme a necessidade e aplicabilidade de quem as utilizam (TOMAËL; ALCARÁ, 2016, p.7). A disseminação da informação na biblioteca digital é realizada com fontes digitais variadas, como periódicos, livros, imagens, vídeos e outros

² Como exemplo, têm-se o critério com base na autoridade cognitiva definida por Wilson (1983) com o foco avaliar a fonte enquanto origem, verificando os tipos de autoria e suas afiliações, e reconhecendo também as colaborações desenvolvidas em rede, por diferentes atores e autores (FIGUEIREDO; GONZÁLES DE GOMEZ, 2011, p.92). Ao serem utilizadas em fontes alternativas mostram julgamentos de qualidade e autoridade baseada principalmente em seus conhecimentos, em além das características das fontes e características dos objetos de informação (RIEH, 2005, p.3).

documentos, websites de toda sorte, podendo ser realizada, portanto, por intermédio de mídias alternativas, dentre as quais os *blogs*.

Blog é uma abreviação de *weblog*, que são registros digitais que apresentam caráter dinâmico e de interação, possibilitados pela facilidade de acesso e atualização. O *blog* se diferencia pela facilidade de alimentação de registros e pela organização automática das mensagens ou dos posts, à medida que permite que novos textos sejam inseridos sem a dificuldade de atualização de um site tradicional (BARBOSA; SERRANO, 2005, p. 7). Por apresentar como suporte a Internet, o *blog* é um registro aberto, público, que tem como leitor qualquer pessoa que tenha acesso ao endereço digital (PIMENTEL, 2011, p. 11).

Com o fluxo crescente de informação produzida na *Web* e a facilidade para disponibilizar essas informações exigem cada vez mais critérios que possam avaliar a qualidade dessa informação no momento de selecioná-la. Tomael, Alcará e Silva (2016, p.41) remetem a importância da qualidade da informação, pois não há controle das informações postadas e a qualidade pode variar. Por essa razão, atribui-se responsabilidade ao profissional da informação para seleção de fontes com qualidade, segundo parâmetros que venham a atender institucionalmente demandas de comunidades de usuários.

Pensando na *Web*, principalmente, em fontes de informações alternativas neste contexto, como os *blogs*, como espaço fluído de produção e compartilhamento de informação, os movimentos sociais, muitas vezes, encontram nas mídias alternativas lugares para representação e discussão no que compete as suas necessidades, seja de identidade ou para debate ou exposição de questões públicas. No contexto dos movimentos sociais, merece destaque o movimento LGBTQI+, particularmente na questão da transexualidade, por ser um tema ainda pouco explorado.

Movimentos sociais que buscam por direitos de minorias e que não têm espaço para debate nas mídias convencionais (como rádio, televisão, jornais impressos e na *Web*) encontram em espaços da sociedade civil organizada um caminho para que suas vozes sejam ouvidas. Esse é o caso do movimento LGBTQI+ que reivindica ações políticas e direitos para a comunidade, incluindo a comunidade trans que, em meio ao preconceito de setores conservadores, busca cada vez mais leis, políticas públicas e programas que lhes afetem; o acesso a treinamentos públicos; e o combate à discriminação contra adultos LGBTI que tentam se inserir no mercado de trabalho (PEDRA et al, 2018, p.178).

Conceituando a transexualidade, utilizam-se conceitos da história da sexualidade para discutir sobre os processos de construção de gênero, principalmente binários (homem e mulher). Há interesse em Butler (2003) no conceito de “performance de gênero” que consiste

no ato performativo de representar um gênero com padrões existentes e, a partir da performance, repensar e reencenar as expectativas de gênero através da experiência de uma pessoa trans.

Ao abordar esse processo de identidade na Web, Rojas (2015, p.209) assinala que a ação humana ganhou novos recursos para modificar a organização do social, no qual performances e percepções do social adquiriram uma nova elasticidade. Com o contato de diferentes pessoas interagindo na Web, as percepções sobre gênero e identidade ganham novos aspectos e mais espaço para debates.

Ao abordar sobre o local de fala observa-se que os grupos que não são privilegiados socialmente encontram espaço para produzir debates e informações que competem a suas necessidades próprias, como é o caso de pessoas trans que se utilizam de *blogs* para compartilhar suas experiências e vivências na Web.

Na revisão de literatura serão abordados, portanto, aspectos sobre biblioteca em contexto digital; sobre documento e fontes de informação nesse contexto como subsídio para o desenvolvimento de coleções, especificamente tocante a critérios de seleção e validação das fontes disponíveis na internet; sobre o movimento LGBTQI+, a temática trans e o conceito de local de fala. Ao final, aplicar-se-ão critérios para o processo validação da autoridade de *blogs* sobre a temática trans como fontes auxiliares de informação para o processo seleção no âmbito da formação e desenvolvimento de coleções digitais.

1.5 Organização do trabalho

O Quadro 1, a seguir, apresenta a estrutura de organização do trabalho, por meio do qual é possível observar, na coluna da esquerda, os elementos problema, objetivo geral, metodologia, objetivos específicos 1, 2, 3, 4 e 5 e sua correspondência, na coluna da direita, com as definições e os itens desenvolvidos.

Quadro 1 – Organização do trabalho

<p>1 INTRODUÇÃO</p> <p>Problema</p>	<p>Como identificar, descrever e/ou propor critérios que possam ser utilizados para a validação de <i>blogs</i> como fontes de informação alternativa para o desenvolvimento de coleções, utilizando, como exemplo, o caso da temática trans?</p>
-------------------------------------	---

Objetivo geral	Identificar e descrever critérios para a validação de informações de mídias alternativas para serem utilizadas como fonte de informação para a formação e desenvolvimento de acervos em contexto digital, considerando, especificamente, <i>blogs</i> sobre a temática trans.
2 METODOLOGIA	2.1 Classificação da pesquisa 2.2 Etapas de revisão de literatura 2.3 Delimitação do <i>corpus</i>
3 REVISÃO DE LITERATURA	3.1 Fontes de informação no contexto digital 3.1.1 Documento digital 3.1.2 Blogs
Objetivo específico 1 Identificar e descrever critérios de seleção de materiais de informação para o desenvolvimento de coleções a partir de conceitos de autoridade epistêmica, cognitiva, científica e de local de fala.	3.2 Desenvolvimento de coleções 3.2.1 Política de desenvolvimento de coleções 3.2.2 Estudo de usuários 3.2.3 Seleção 3.2.4 Aquisição 3.2.5 Avaliação 3.2.6 Desbaste
	3.3 Critérios de validação de fontes de informação na Web 3.3.1 Autoridade como critério de validação da informação
	3.4 Movimento LGBTQI+ 4.4.1 transexualidade ao longo dos séculos 4.4.2 Local de fala
4 APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	4.1 Tipos de autoridade e local de fala 4.2 Critérios de autoridade 4.3 Síntese interpretativa
Objetivo específico 2 Demonstrar a aplicabilidade de critérios de seleção para o processo validação da autoridade de <i>blogs</i> sobre a temática trans como fontes de informação no âmbito da formação e desenvolvimento de coleções digitais.	

Fonte: Elaborado pelo autor.

2 METODOLOGIA

Por meio da metodologia é possível demonstrar quais métodos e técnicas foram utilizados ao longo da pesquisa. O método científico consiste no conjunto de processos ou operações mentais que devem ser empregados na investigação (PRODANOF; FREITAS, 2013, p. 126). É um conjunto de ações, isto é, de propostas para encontrar a solução para um problema ou que tem por base procedimentos racionais e sistemáticos (SILVA; MENEZES, 2001, p. 20). Pesquisa científica seria, portanto, a realização concreta de uma investigação planejada e desenvolvida de acordo com as normas consagradas pela metodologia científica (SILVA; MENEZES, 2001, p. 22).

2.1 Classificação da pesquisa

Em termos de classificação da presente pesquisa, sob uma perspectiva metodológica, observa-se que ela tem natureza teórica, com caráter qualitativo, descritivo e documental. A pesquisa teórica, para esta pesquisa, objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, sendo dirigidos à solução de problemas específicos. A pesquisa qualitativa consiste na interpretação de fenômenos e atribuição de significados através da análise de dados. A pesquisa descritiva, por sua vez, consiste em registrar e descrever os fatos observados sem interferir neles. Visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis (PRODANOF; FREITAS, 2013, p.52).

A revisão de literatura consiste como “pano de fundo” para a análise dos documentos (*blogs*) de modo a situá-los no trabalho por meio de uma série de estudos prévios que irão servir como ponto de partida da pesquisa, contextualizando-a (PRODANOF; FREITAS, 2013, p. 78-79). A partir da revisão de literatura, abordar-se-ão os temas: aspectos históricos sobre a biblioteca, fontes de informação digitais, *blogs*, desenvolvimento de coleções, critérios de validação, movimentos sociais e LGBTQI+, transexualidade e local de fala.

A pesquisa documental analisa documentos primários que não receberam tratamento analítico. Ela também é experimental ao serem utilizados critérios encontrados na literatura para formas de controle e de observação do objeto (SILVA; MENEZES, 2001, p. 22).

Por intermédio do estudo dos *blogs* selecionados sobre a temática trans, o procedimento técnico consiste em um estudo de caso, empregado quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real (PRODANOF; FREITAS, 2013, p. 128).

2.1.1 Instrumento teórico

Com o intuito de alcançar o objetivo específico 2, que consiste em “Demonstrar a aplicabilidade de critérios de seleção para o processo validação da autoridade de *blogs* sobre a temática trans como fontes de informação no âmbito da formação e desenvolvimento de coleções digitais”, propõe-se um quadro contendo os elementos que orientam os procedimentos para coleta e análise dos dados.

Quadro 2 – Elementos para coleta e análise dos dados

Blog analisado:		
Link:		
Período de atividade da página:		
Critérios dentro da seleção	Autoridade na seleção	
Elementos de autoridade	Autoridade científica	
	Autoridade cognitiva	
	Autoridade epistêmica	
Local de fala	Aspectos que autorizem o autor	

Fonte: Elaborado pelo autor.

As cores da tabela simbolizam a bandeira trans que utilizam especificamente a cor rosa, azul e branco. Os critérios contidos neste quadro são fundamentados ao longo do trabalho, sendo que, especificamente no item 4.1 – que consiste em “tipos de autoridade e local de fala” –, é apresentado o detalhamento de cada elemento utilizado juntamente com exemplos que podem ser utilizados na avaliação.

2.2 Etapas para a revisão de literatura

No que toca os critérios de inclusão e exclusão de artigos, cita-se a importância dos termos-chave, que serão especificados a seguir, nas bases utilizadas como Google Acadêmico, Portal da CAPES, BDTD, BCE e, também, PERI. O Google Acadêmico levou a bases

internacionais, como Emerald e Science Direct. A busca foi realizada no período de dezembro de 2018 até maio de 2019, onde foram selecionadas obras que incluem artigos, monografias, livros e notícias divididas entre os assuntos abordados no trabalho. Considerando as ferramentas empregadas na busca, foram utilizados palavras-chave e operadores booleanos, alguns fornecidos pelo próprio mecanismo de busca. Dentre os resultados apresentados com o refinamento dos termos foram selecionadas as informações que correspondiam diretamente aos termos descritos a seguir.

As pesquisas foram divididas em núcleos; na primeira parte foram realizadas buscas sobre bibliotecas digitais com a utilização dos termos: “biblioteca digital”, “história”, “conceito”, “fontes de informação digital”, “blogs”, “mídias alternativas”, “redes sociais informação”.

A segunda parte a pesquisa se concentrou no tema desenvolvimento de coleção e critérios de seleção utilizando termos “desenvolvimento de coleções” somado a termos tais como “seleção”, “aquisição”, “desbaste”, “avaliação de bibliotecas digitais” “critério de seleção”, “critério de seleção autoridade”, “critérios seleção na Web”, “fontes de informação”, “fontes alternativas”, “informação alternativa”, “fontes de informação digital”.

A terceira parte foi direcionado à contextualização do objeto de estudo. Para a realização de buscas sobre movimentos sociais e transexualidade foram utilizados os termos “movimentos sociais”, “movimento LGBTQI+”, “políticas públicas”, “transexualidade conceito”, “história da transexualidade”, “identidade de gênero”, “local de fala”, “minorias sociais”.

2.3 Delimitação do *corpus*

Para delimitar quais fontes seriam analisadas, a busca se concentrou em plataformas como Tumblr e Wordpress por serem a base para a construção de *blogs* e por demonstrarem ser populares na utilização de pessoas trans. Foram utilizadas palavras-chave em português como: ser trans, transexualidade, não binário e identidade de gênero. Como as redes sociais são páginas com caráter pessoal, foi levado em consideração os perfis que possuíam conteúdo um pouco além do relato pessoal, que trazia algum conteúdo informativo. Também se considera elementos como comentários e “asks” das páginas. Em tais elementos foram avaliadas se existia algum consenso entre os usuários que comentavam além do critério de mais visualizações, se muitas pessoas “curtiavam” ou “seguiram” as páginas selecionadas. Outro critério utilizado foi se um mesmo perfil ou página aparecia mais de uma vez dependendo do

termo procurado, em alguns canais, por cobrirem vários assuntos, muitas vezes mostravam apenas uma ou duas postagens explicando sobre a temática trans sem focar no assunto.

Nas plataformas não era possível ter uma quantidade exata das páginas que apareciam na busca, pois as redes sociais não apresentavam esse número. A pesquisa foi feita na plataforma Tumblr, e no Google utilizando os mesmos termos selecionados acrescido de “tumblr”. A busca de *blogs* foi realizada pelo Google também, no caso mediante o termo “wordpress”. Muitos *blogs* tinham *posts* sobre o assunto, mas não eram voltados estritamente para a temática trans, alguns fazem divulgação de outros *blogs* que abordam a temática servindo como fonte de informação de *blogs* que não são divulgados pelos marcadores dos *blogs*.

Foram localizados no total de 16 *blogs* em português que incluem informações sobre a temática trans, seja em forma de humor, biografia, informativos ou bibliográfica.

3. REVISÃO DE LITERATURA

3.1 Fontes de informação no contexto digital

Cunha (2001, p. viii) assevera que o “conceito de fontes de informação ou documento é muito amplo, pois pode abranger manuscritos e publicações impressas, além de objetos, como amostras minerais, obras de arte ou peças museológicas”. A informação pode estar em qualquer objeto, qualquer lugar e com assumindo formas variadas; a informação é qualquer coisa que pode gerar ou veicular uma informação.

Buckland em seu artigo “Information as thing” discute como determinados objetos podem conter algum tipo de informação “se você pode tocá-lo ou medi-lo diretamente, não é conhecimento, mas deve ser alguma coisa física, informação possível como uma coisa” (BUCKLAND, 1991, p.352); nesta discussão, o autor utiliza a palavra evidência, que “é um termo apropriado porque denota algo relacionado a entender algo que, encontrado e corretamente entendido, poderia mudar o conhecimento de alguém” (BUCKLAND, 1991, p.353). Em outras palavras “se tem valor como informação sobre algo, então parece que tem evidência de valor de algo” (BUCKLAND, 1991, p.353).

As fontes de informação são divididas em primárias, terciárias e secundárias. Fontes primárias são aqueles que se apresentam e são disseminados exatamente na forma com que são produzidos por seus autores (utilizando como exemplo periódicos, anais, monografias e relatórios técnicos, é o que é produzido por pesquisadores e especialistas. “Contêm, principalmente, novas informações ou novas interpretações de ideias e/ou fatos acontecidos” (CUNHA, 2001, p.xi).

Fontes secundárias, por sua vez, são interpretações e avaliações de fontes primárias (como bibliografias, dicionários, enciclopédia, manuais, catálogos e etc. “contêm informações sobre documentos primários e são arranjados segundo um plano definitivo; são, na verdade, os organizadores dos documentos primários e guiam o leitor para eles” (CUNHA, 2001, p.xi).

As fontes terciárias “têm como função principal ajudar o leitor na pesquisa de fontes primárias e secundárias, sendo que, na maioria, não trazem nenhum conhecimento ou assunto como um todo” (CUNHA, 2001, p.xi), podem ser vistos como sinalizadores de localização de um documento.

Existe uma linha tênue entre as fontes secundárias e terciárias. Mueller (2000) cita que essa relação pode ser explicada pela distância entre autor e publicação, ou seja, quando não há

intermediário entre a publicação e o autor que originou a informação, a publicação é primária; se existem intermediários, será secundária ou terciária.

Uma fonte de informação pode ser um documento, um link, uma fotografia, um áudio, uma base de dados ou um repositório. Fonte de informação pode ser qualquer coisa que tenha a característica de informar algo para alguém, por esse motivo é abrangente a sua aplicação. (ARAUJO; FACHIN, 2015, p.83). As aplicações de pesquisas são possibilitadas por meio do uso de fontes interativas, acessando informações de ponta, como o caso de bases específicas e repositórios especializados na web, proporcionando ao pesquisador o acesso a pesquisas que estão sendo realizadas no mundo inteiro (ARAUJO; FACHIN, 2015, p.90).

A internet constitui uma infraestrutura de informação que, mediante a Web, permite a criação, disponibilização e acesso de fontes de informação. Tratando-se das fontes de informação digitais, tais fontes se constituem de um conjunto de recursos que fornecem informações, cujo valor varia conforme a necessidade e aplicabilidade de quem as utilizam (TOMAÉL; ALCARÁ, 2016, p.7).

Tomaél (2016, p.194) pondera que informações online possuem um grande campo que auxilia todo tipo de pesquisa e o usuário ainda tem a oportunidade de ser produtor de informação e receptor ao mesmo tempo com uma constante produção de informação. A fluidez e efemeridade dos conteúdos digitais e online se ajustam facilmente a uma situação momentânea, fazendo com que esse conteúdo seja considerado um importante meio para a informação em tempo real.

3.1.1. Documento digital

De acordo com o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), o documento digital consiste na informação registrada, codificada em dígitos binários, acessível e interpretável por meio de sistema computacional. Ao se pensar o documento nos suportes digitais, o documento ganha novas características importantes para a preservação, conservação e difusão da informação.

“Há um processo de transição entre o físico e o digital, porém este processo não se trata de uma ruptura e sim uma readaptação para o contemporâneo” (SANTOS; FLORES, 2015, p.124), ao migrar ou criar documentos online não significa que os centros de informação físicos deixarão de existir. O digital e o analógico devem existir complementando um ao outro, cada um oferecendo seu potencial informacional específico. Buckland (1997,

p.7) afirma que o documento digital deve ser definido pela sua função e não pelo formato físico, pois os documentos devem assumir formas diferentes em contextos de tecnologias diferentes, ou seja, a medida que as inovações de suportes evoluem, a tendência é que o documento acompanhe esses suportes.

Com a memória e o documento digital, “o processo de valor é temporário e circunstancial, pois depende das relações entre o objeto, o sujeito que o vai valorizar e às condições existentes no tempo e no espaço para que essa ação seja realizada” (DODEBEI, 2011, p.5). Nem todo objeto vai ser considerado um documento e uma fonte de informação, mas aquele que for considerado dentro desse aspecto, visando à história que o objeto irá transmitir, deve ser conservado. Os *blogs* podem ser utilizados nessa via da memória digital, pois se encontram num espaço onde a criação e difusão da informação é relativamente acessível, dependendo do meio de acesso, seja por computador ou dispositivos móveis.

Dodebei (2011) ressalta que as ferramentas de redes sociais foram incorporadas rapidamente na utilização pelo país, mas o patrimônio nascido digital não tem rastro analógico e, portanto, pertence à memória digital processual. Mesmo com as tecnologias emergentes e a rapidez da incorporação de redes sociais no Brasil e no mundo “as hipóteses em causa pertencem ao paradigma analógico em que os ativos do patrimônio correspondem a um objeto estático e não a páginas web ou coleções de ‘tweets’ que são narrativas digitais” (DODEBEI, 2011, p.9). Com as possibilidades tocantes ao que pode ser considerado como fonte de informação no âmbito da Web, seguindo com o foco da pesquisa, conceituar-se-á, na próxima seção, o blog.

3.1.2. *Blog*

Motherdaui (2007, p.180) considera que o primeiro blog foi a página *What's News in 92*, publicada por Tim Bernes Lee, o criador da parte multimídia da internet. Criada para divulgar projetos da *Word Wide Web*, o termo *webblog* foi cunhado por Jon Barger sendo *blog* uma abreviação de *weblog* que vem do termo *boardlog* “diário de bordo” em inglês.

Portanto, *blog* é uma abreviação de *weblog*. Consiste em registros eletrônicos que apresentam caráter dinâmico e de interação possibilitados pela facilidade de acesso e atualização. O *blog* se diferencia de um site convencional pela facilidade de registros e a organização automática das mensagens, ou posts, permitindo que novos textos sejam inseridos sem a dificuldade de atualização de um site tradicional (BARBOSA; SERRANO, 2005, p.7). Por apresentar como suporte a Internet, o *blog* é um registro aberto, público, que

tem como leitor qualquer pessoa que tenha acesso ao endereço digital (PIMENTEL, 2011, p.11).

Os *blogs* fazem parte da Web 2.0 no bojo de um contexto de participação e de colaboração, com páginas dinâmicas que podem ser fácil e constantemente renovadas (ZAGO, 2009, p.2). Foi concebido como uma alternativa para tornar público textos e conteúdos online, uma vez que a ferramenta dispensava o conhecimento especializado em computação (KOMESU, 2004, p.111). O blog é um espaço em que o escrevente pode expressar o que desejar na atividade da escrita, com a escolha de imagens e de sons que compõem o todo do texto veiculado pela internet. A ferramenta empregada possibilita ao autor a rápida atualização e a manutenção dos escritos em rede, além da interatividade com o leitor das páginas pessoais (KOMESU, 2004, p.113).

Os variados tipos de *blogs* podem ser classificados a partir de características como assunto principal tratado pelo blog, quantidade de autores, tipos de mídias utilizadas, sua finalidade, dentre outras possibilidades. Quem escolhe o rumo do blog é o autor. Muito além de uma manifestação de escrita íntima, jornalistas os utilizam como fontes alternativas de informação e opinião pública; educadores os veem como ambientes para troca de conhecimento; pessoas, de modo geral, os criam para se expressar e para falar sobre sua vida particular (PIMENTEL, 2011, p.9).

Com a incorporação de novos elementos, graças aos dispositivos móveis, outras ferramentas surgiram derivadas do conceito de blog. Com base no formato predominante do conteúdo produzido por essas ferramentas, aparecem os tumblelogs, videologs, fotologs, audioblogs, microblogs, dentre outros (ZAGO, 2009, p.6). Independente do formato ou nome, a estrutura de atualizações em ordem cronológica inversa e publicação de microconteúdo, de modo geral, é mantida. Essas ferramentas se baseiam na ideia básica de diário de navegação (logs), e também podem ser adaptadas para os mais diversos usos mesmo que possuam características próprias (ZAGO, 2009, p.6).

Na comunicação alternativa em rede se busca construir espaços de afirmação de óticas interpretativas críticas e de práticas jornalísticas cooperativas, com a finalidade de defender a diversidade informativa e valores éticos (MORAES, 2007, p.3). Ao facilitar a produção de conhecimento interativo e colaborativo, pode-se fornecer informações locais e atuais, servindo como ponto de partida para pontos de vista e vozes que normalmente não são transmitidos por meios de comunicação tradicionais ou dominantes (KIM; SIN; YOO-LEE, 2014, p.444).

3.2 Desenvolvimento de coleções

Vergueiro (2010) conta que no final da década de 60 e inícios da de 70, desencadeou-se na biblioteconomia internacional um movimento ao qual se denomina Movimento para o Desenvolvimento de Coleções. Por intermédio dele, os estudos sobre coleções passaram a definir desenvolvimento de coleções como atividade de planejamento onde é construído um plano detalhado pré-estabelecido onde se resulta em um documento onde se detalhará quem será atendido pela coleção, quais os parâmetros gerais da mesma e com que critérios está se desenvolverá (VERGUEIRO, 2010, p.23). Assim, com as restrições orçamentárias, o grande crescimento informacional e a carência de espaço físico levaram a disciplina a se adaptar, também, às novas mídias e às tecnologias de informação e comunicação digitais e em rede (MATTOS; DIAS, 2009, p.41). Com o acúmulo crescente da informação é necessário selecionar informação orientada para a qualidade. Enquanto antes a biblioteca devia recorrer exclusivamente às editoras, associações científicas e fornecedores para adquirir as obras para seu acervo, hoje em dia, para formar um acervo digital, ela deve ampliar a variedade de materiais, de diversos produtores (TAMMARO; SARADELLI, 2008, p.188).

De acordo com Dias, Silva e Cervantes (2012, p.43), o desenvolvimento de coleções tem como propósito construir coleções de bibliotecas que servirão ao estudo, ensino, à pesquisa e a outras necessidades pertinentes aos usuários, tornando-se um processo de planejamento intermediador entre os materiais de informação e a comunidade. O planejamento auxilia para que a coleção não se transforme em um agrupamento desajustado de documentos ao garantir critérios de seleção, aquisição e desbaste, “além da permanência física dos profissionais responsáveis pelas decisões, auxiliando nos momentos em que o bibliotecário deve decidir entre um item ou outro” (DIAS; SILVA; CERVANTES, 2012, p.44).

Weitzel (2002, p.64) observa que o desenvolvimento de coleções consiste num campo do conhecimento que procura formar acervos a partir de enfoques e filtros específicos. Ao trazer para o campo da Web, a autora questiona a respeito da perenidade das coleções digitais disponíveis na internet e a sua influência no conhecimento científico consagrado. As possibilidades de manipulação dos dados através da alteração do conteúdo expõem a informação à sua perda, seja por violação, uso inadequado dos recursos do *software* e *hardware* ou por vida útil do formato (WEITZEL, 2002, p.65). Ou seja, a Web potencializou os estudos sobre seleção e organização, assuntos que campos que a CI sempre trabalhou. A questão da preservação, seleção, busca e aquisição de informações em específicos assuntos

são processos que a biblioteca e o bibliotecário lidam no seu dia a dia, mas, agora, o fazem também considerando contextos na Web.

Andrade e Araújo (2013, p.10) enfatizam que as políticas de acervo, bem como outras políticas e procedimentos administrativos, podem ser realizadas nas bibliotecas digitais de modo a trazer aspectos conceituais de fundo que já estavam previstos nas bibliotecas tradicionais. Os documentos digitais possuem diferenças essenciais em relação aos documentos físicos, tornando seus processos de seleção, aquisição, avaliação e desbaste diferentes entre si (LUNA, 2018, p.25). Mesmo com a mudança de formato, a biblioteca digital ainda é uma biblioteca em sua essência, buscando serviços e acervo para os usuários que a utilizam de forma efetiva por meio da política de coleções.

3.2.1 Política de desenvolvimento de coleções

Na produção da política da coleção é importante ter critérios para direcionar os objetivos para o desenvolvimento do acervo. De acordo com Miranda (2007, p.8), a política de desenvolvimento de acervos numa biblioteca deve levar em consideração os seguintes pontos:

- Possibilitar um crescimento racional e equilibrado do acervo de forma qualitativa e quantitativa;
- Garantir a continuidade e a adequação necessárias à formação da coleção
- Determinar os critérios para duplicação de títulos;
- Estabelecer as prioridades de aquisição de material;
- Conhecer as necessidades dos usuários, através da análise de uso das coleções e sua atualidade;
- Estabelecer critérios para intercâmbio de materiais informacionais;
- Acompanhar o surgimento dos novos suportes de informação, não se limitando apenas ao suporte em papel;
- Buscar atender a todas as sugestões, deixando o solicitado informado da aquisição ou não do item sugerido;
- Identificar critérios para recebimentos de doações, descarte e reposição de material (MIRANDA, 2007, p.8).

Esses critérios têm como foco bibliotecas físicas ou tradicionais, mas são critérios que qualquer biblioteca deve levar em conta. Como lidar com o crescimento da produção de determinado assunto? Como estabelecer as prioridades do acervo? O que o usuário precisa? Com quais bibliotecas se pode trabalhar? Questões como essas também fazem parte da preocupação ao se desenvolver um acervo da uma biblioteca digital e devem ser delineadas na política da biblioteca, seja ela física ou digital. À medida que o acervo se desenvolve,

considerando novas formas de aquisição e a modificação da realidade da biblioteca, a política deve adequar-se a essas mudanças (LUNA, 2018, p.26).

É necessário acompanhar as fontes de informação existentes e as que surgirão de acordo com a evolução das tecnologias; ainda sim nem todo tipo de material se encaixa na proposta de construção de determinada biblioteca. É necessário saber qual tipo de informação utilizar/enfatizar e quais as instituições a biblioteca deve manter contato colaborativo. A política deve ser concebida “como um processo permanente no qual as atividades de seleção, aquisição e avaliação de materiais permaneçam em contínua sintonia com as necessidades de informação da comunidade de usuários” (MIRANDA, 2018, p.95). Ao ser elaborada a política de coleções deve delimitar os propósitos institucionais no sentido de “[...] impedir que o acervo se transforme num aglomerado inadequado de documentos e permitir a manutenção dos critérios, bem como orientar os profissionais responsáveis pelas decisões” (MIRANDA, 2018, p.191).

A importância da política de desenvolvimento de coleções é abordada por Dias e Pires (2003). Os autores observam que o documento permite se antecipar às demandas informacionais da comunidade usuária mediante o planejamento, visando adequar-se aos ambientes/fatores/interlocutores que a biblioteca se insere, considerando aspectos como direção da unidade, política, legislação, mudanças sociais ou demográficas, mercado editorial, inovações tecnologias e padrões de desempenho exigidos, dentre outros. A implantação da política de desenvolvimento de coleções é importante nas unidades de informação, haja vista que com a política de avaliação do acervo é possível verificar obras com títulos repetidos ou, ainda, materiais que não estão sendo utilizados pelos usuários. Em função dessas condições é desnecessária a sua permanência no acervo da biblioteca (ARAUJO, 2013, p.2).

Para Eduvirges (2013, p. 2), o processo de desenvolvimento de coleções precisa estabelecer uma ligação com os objetivos das bibliotecas, da coleção e dos usuários e para isso deve ser formalizada em algum documento, para as futuras observações e alterações necessárias, em períodos determinados. Por isso a política de desenvolvimento de coleções é estabelecida num documento técnico e jurídico que dá base aos processos a nível macro e micro da biblioteca. Os profissionais precisam ter conhecimento técnico e jurídico para a adequação das coleções às preferências de usuários a recursos digitais (LIXIN; THU, 2017, p.229).

A qualidade de um acervo pode ser medida pela flexibilidade da política da coleção de uma biblioteca, ou seja, “[...] flexibilidade para modificar ou ajustar a política de desenvolvimento de coleções, sempre que for constatado que a biblioteca não está atendendo

aos reais interesses dos seus usuários” (MIRANDA, 2018, p.103). A biblioteca é um lugar que acompanha os processos tecnológicos, por isso ela deve tentar ao máximo melhorar seus serviços, e isso deve estar bem claro na política. Ao estar disponível digitalmente e em rede, a política das coleções da biblioteca constitui uma vantagem para o usuário, pois permite o conhecimento dos critérios que conduziram a seleção dos recursos (LEROUX, 2007, p.4).

A seguir abordar-se-ão as etapas que constituem o processo de desenvolvimento de coleções.

3.2.2 Estudo de usuários

Para obter um desenvolvimento eficaz, a coleção da biblioteca deve ser feita com base nas necessidades de informações dos usuários que são os principais interessados da instituição (LIXIN; THU, 2017, p.226). Faz-se necessário conhecer as necessidades dos usuários para localizar “[...] possíveis falhas ou melhorias na gestão dos serviços e qualidade dos processos não percebidos ou não identificados pela equipe de funcionários, ou pelo próprio gestor da unidade de informação, ao fazer a avaliação do ambiente” (PALETTA et al., 2016, p.151). É importante conhecer o usuário também para exigir a definição de prioridades de atendimento em relação à comunidade em si, levando em conta o acesso de algumas parcelas da mesma a outras instituições fornecedoras de informação a outras bibliotecas mais aptas a atendê-las (VERGUEIRO, 1989, p.31).

A realização de pesquisa com a comunidade faz parte fundamental para o determinado processo, pois com os resultados da pesquisa deve-se estabelecer o percentual a ser desenvolvido para cada área de estudo (ciências puras, ciências aplicadas, ciências sociais, biografias, etc.) inseridos no acervo (ARAUJO, 2013, p.5). É necessário estudar o que se espera da biblioteca que presta serviços à comunidade também para descobrir potenciais usuários que não utilizam os serviços, mas podem vir a utilizar.

Com a Web surge um novo usuário da informação, com novas capacidades e necessidades, impondo novos desafios para o bibliotecário atuando em BD. Apesar da vasta discussão sobre o estudo de usuários, há uma grande demanda de novas abordagens frente ao universo digital e as competências informacionais dos usuários dos serviços de informação (PALETTA et al., 2016, p.153). Tammaro e Saradelli (2008), ao abordar sobre o usuário digital, explicam que ele é o próprio criador de recursos, pois certas comunidades de usuários da BD conseguem manipular e reutilizar recursos digitais inclusive para criar novos conhecimentos e agregar valor às bibliotecas existentes.

Além desse fator, o usuário no contexto digital representa um investimento para as instituições culturais, em particular as que estão empenhadas na conversão de coleções analógicas (TAMMARO; SARADELLI, 2008, p.144). Ela surge em meio a uma sociedade do conhecimento ou da aprendizagem onde a informação tem um valor primordial para o usuário (TAMMARO; SARADELLI, 2008, p.147). Com a possibilidade de acesso a instrumentos eletrônicos com os quais pode construir sua própria base de dados o usuário pode criar novos documentos incorporando ou fazendo ligações com outros documentos (TAMMARO; SARADELLI, 2008, p.164). Embora a gênese da BD tenha estado centrada no documento digital, existe agora uma nova atenção para com o usuário que está no centro da construção das bibliotecas digitais. A verdadeira novidade da BD é que ela será definida por seu usuário e não pelo tipo de recurso digital ao qual permitirá acesso (TAMMARO; SARADELLI, 2008, p. 166).

3.2.3 Seleção

De acordo com Evans e Saponaro (2012, p.69, tradução nossa³) “um dos objetivos da seleção é a criação de coleções sustentáveis que atendam efetivamente aos interesses e necessidades da comunidade de serviços de uma biblioteca”. De acordo com Luna (2018, p.28), esse processo é marcado pela escolha de determinada herança cultural específica e particular, sobre a qual será atribuído valor de importância, ao mesmo tempo em que se diminui esse valor das obras que foram deixadas de lado.

Ao escolher qual produto integrará a biblioteca, o bibliotecário deve ter responsabilidade ao não deixar que sua visão atrapalhe o desenvolvimento e crescimento do acervo. É um processo que tem característica individual e subjetiva, mas que deve ser realizada pelos profissionais levando em consideração a comunidade a que estão servindo, os recursos disponíveis e as próprias características do assunto ou do material objeto da atividade de seleção (VERGUEIRO, 2010, p.40).

Os critérios tradicionais de seleção incluem a adequação aos objetivos da instituição, atualidade, qualidade técnica, escassez de material sobre o assunto na coleção, aparecimento do título em bibliografias, índices ou similares, cobertura/tratamento, idioma, relevância/interesse, precisão, condições físicas e autoridade (MIRANDA, 2018). O critério

³One of the goals of selection is the creation of sustainable collections that effectively meet the interests and needs of a library's service community.

de seleção de autoridade será abordado especificamente no item 3.3.1, haja vista o papel central que ocupa para a presente pesquisa.

3.2.4 Aquisição

O processo de aquisição é a realização de compra (livros, multimeios, etc.), doação ou permuta de materiais de informação para o acervo da biblioteca (ARAÚJO, 2013, p.6). No processo cíclico citado por Vergueiro (1989, p.63), a aquisição é o único processo que não tem ligação direta com a comunidade, haja vista que corresponde a um processo administrativo. Ao deixar de ser descrita como processo, deixa de localizar-se na etapa em si e passa a localizar-se na maneira como esta é realizada, de forma a possibilitar acesso mais rápido ao material e ao menor custo possível. É necessário se informar sobre os materiais solicitados pela biblioteca, suas informações, disponibilidade, custo. Também é importante saber como realizar o processo de compra e aquisição. Em instituições mais burocráticas, nem todas as bibliotecas possuem orçamento separado para compra de materiais, o que faz com que a instituição participe de processos licitatórios do órgão de origem. Além disso, a doação e a permuta também podem ser fontes de aquisição de novas obras.

Na biblioteca digital, as fontes de acesso aberto ou amparadas por licenças não proprietárias não representam um problema para a BD, uma vez que seu uso não é restrito a uma plataforma proprietária e o acesso simultâneo é permitido (SERRA, 2014, p.115). Cabe à biblioteca o controle da quantidade de acessos realizados como forma de aferir pertinência de manutenção do conteúdo na coleção e aplicações de política de preservação digital (SERRA, 2014, p.116). Mas a questão das informações licenciadas exige negociação com quem obtém a licença para decidir por quanto tempo e por quantos acessos a obra estará disponível. A leitura será mediada por uma plataforma proprietária, com acesso controlado e restrições para realização de *download*, leitura *off-line*, impressão, cópia de trechos e inclusão de anotações e marcações (SERRA, 2014, p.116). Dentre os fornecedores digitais conhecidos pelas bibliotecas, estão principalmente editoras e livrarias. Os fornecedores que atendem as bibliotecas permitem o licenciamento de títulos individuais ou em pacotes (SERRA; SILVA, 2015, p.23). O tempo em que a obra ficará disponível depende desse acordo entre a biblioteca e o fornecedor. Além dessas formas licenciadas, não há muitas opções de aquisição de materiais digitais além das citadas; por isso é necessário explorar fontes alternativas para compor outras opções de pesquisa dentro do acervo.

3.2.5 Avaliação

De acordo com Tomaél, Alcará e Silva (2016, p.14), a aplicação de critérios para avaliar fontes de informação requer análise que tenha foco no usuário potencial de determinada fonte. A qualidade de uma informação ou de uma fonte de informação está diretamente relacionada ao seu uso; por isso, para que uma fonte seja de qualidade deve atender a propósitos específicos de uma comunidade de usuários e isso requer avaliação (TOMAÉL; ALCARÁ; SILVA, 2016, p.17).

De acordo com Vergueiro (1989, p.83), a avaliação da coleção é a etapa do processo a diagnosticar se o desenvolvimento da coleção está ocorrendo da forma prevista. Isso vale tanto para a biblioteca física quanto para a digital. É necessário avaliar se a coleção corresponde a temática da biblioteca, por isso se faz importante escolher qual metodologia de avaliação será aplicada pela biblioteca.

Os métodos mais utilizados para avaliar o acervo, de acordo com Lancaster (2004), são **quantitativos** (tamanho e crescimento) e **qualitativos** (julgamento por especialistas, análise do uso real), em que os resultados são comparados e analisados, assegurando o alcance dos objetivos da avaliação da coleção.

A análise de dados quantitativos pode ser considerada à luz do tamanho total da coleção ou da sua divisão por tipos de materiais, área de assunto, data de publicação ou idioma. Por meio desses dados é possível medir o tamanho do crescimento da biblioteca ao longo do tempo, se o acervo está suprimindo o número de usuários que o consulta, etc.

A análise de dados qualitativos pode ser considerada a partir de critérios de julgamento de valor (VERGUEIRO, 1989, p.86), por meio dos métodos de avaliação específicos que podem demonstrar o desenvolvimento da coleção e dos serviços.

As bibliotecas digitais também precisam passar pelo processo de avaliação, pois é importante que se saiba como os materiais estão sendo utilizados, com qual frequência e quantos acessos são realizados para cada título e, principalmente, se a biblioteca possui diversas formas de licenciamento (LUNA, 2018, p.48). Os processos contínuos de auto avaliação e avaliação externa da biblioteca digital, de acordo com Tammaro e Saradelli (2008, p.164), são essenciais em modelos econômicos de informação, pois o mercado da informação é um mercado imperfeito e, por isso, exige mecanismos especiais de verificação da qualidade e uso dos recursos disponíveis.

3.2.6 Desbaste

O desbaste consiste na retirada total e definitiva da coleção ou no deslocamento para locais de menor acesso, onde os materiais serão acomodados para finalidades diversas, como conservação, restauração, dentre outras. Também representa uma decisão final de análise da situação de cada item, a definição de que o mesmo já não preenche aquelas condições que justificaram sua aquisição (VERGUEIRO, 1989, p.74-76). Cada biblioteca tem seu escopo de assuntos para seguir, muitas vezes uma obra acaba se tornando desatualizada ou não serve mais ao propósito da biblioteca, em alguns casos ela pode ser remanejada para outra parte da biblioteca com menos destaque.

Na biblioteca digital, o desbastamento significa o processo de retirada do acervo ativo. É um processo importante devido à volatilidade da informação, pois a localização dos sites da Web pode mudar sem aviso prévio (AKERMAN; FIELDING, 1995, p.1). As informações surgem o tempo todo na Web, mas nem sempre se mantêm permanentes ou mudam com facilidade o seu local de origem. O remanejamento também ocorre na BD, sendo o arquivo removido e armazenado em outro local, com o objetivo de abrir espaços para novos títulos (ANDRADE; ARAÚJO, 2013, p.9). O controle sobre alguma informação desatualizada ou que apresenta problemas pode ser notificada até mesmo pelo usuário, ainda assim, cabe a biblioteca tomar medidas sobre essa informação.

3.3 Critérios de validação de fontes de informação na Web

No âmbito da Web, Tomaél, Alcará e Silva (2016, p.30) apresentam critérios para a avaliação de fontes da internet onde apresentam proposições mais amplas com finalidade de analisar uma fonte a partir de variáveis possíveis de serem analisadas. Essas dimensões possibilitam avaliar relações entre informação e alguns aspectos de seu contexto de uso. Por isso, os critérios devem ser sempre pensados dentro da necessidade de informação de uma dada comunidade. O presente trabalho leva em consideração, em particular, o que a população trans busca ao utilizar informações de mídias sociais⁴.

⁴ Dentre a população trans, “[...] os comportamentos de busca, acesso, uso e disseminação estão, muitas vezes, associados a questões de saúde e procedimentos estéticos. Essas necessidades têm sua existência na construção cultural do que é ser mulher/homem e ter um corpo feminino/masculino” (PINTO; LEITE, 2018, p.110-111). Além disso, também estão ligados ao processo de identificação de gênero e redes de apoio entre pessoas trans.

Quadro 3 – Critérios para avaliação de fontes de informação na Web

Acessibilidade	Refere-se às condições de uso e de segurança, com autonomia total ou assistida para a apropriação de recursos e dispositivos apresentados. (p.32)
Usabilidade	Refere-se a facilidade de navegação, consistência da interface, facilidade de uso e se o design é adequado a proposta do site (p.33)
Precisão	Veracidade, informação correta e objetiva que atende aos propósitos do usuário (p.34)
Facilidade de compreensão	Clareza ao interpretar, de fácil entendimento (p.34)
Consistência e relevância	Cobertura da informação, coerência na abordagem do conteúdo, agregação de valor. (p.34)
Atualização	Data em que a informação foi disponibilizada (p.35)
Integridade	Informação em quantidade suficiente para resolver um problema (p.35)
Alcance	Amplitude da informação (p.35)
Estabilidade	Possível de ser recuperada (p.37)
Adequação	Equilíbrio/coerência entre a linguagem empregada pela fonte e seus objetivos (p.37)
Interatividade	Recursos de comunicação com os usuários (p.40)
Autoridade/ confiabilidade	Apresentação de informações completas sobre o autor ou organizador/compilador da fonte (p.36)

Fonte: Tomaél, Alcará e Silva, 2016.

De acordo com Tomaél, Alcará e Silva (2016, p.40), os parâmetros propostos não tem a pretensão de ser definitivos, pelo contrário, precisam ser revistos e adequados de acordo com a fonte e a natureza do ambiente informacional a que se presta a avaliação. É, antes de tudo, mais um recurso a ser comparado a outros, para que o leque de opções se abra para o profissional e possa contribuir como uma opção a mais (TOMAÉL; ALCARÁ; SILVA, 2016, p.40). Tais critérios auxiliarão para a avaliação das fontes alternativas apresentadas na presente pesquisa, principalmente tocantes aos critérios ligados a autoridade, ou seja, que abrangem “o autor ou organizador/compilador da fonte” (TOMAÉL; ALCARÁ; SILVA, 2016, p.36).

Weitzel (2012, p. 186) explica que os critérios de seleção podem ocorrer em relação ao usuário (utilizando o julgamento pelo ponto de vista da biblioteca ou de suas necessidades), em relação ao documento (pelo valor intrínseco da obra) ou em relação a características extrínsecas do documento. Os critérios podem ser empregados por uma pessoa ou em grupo.

De acordo com Vergueiro (2010, p.44), existem dois processos principais que podem ou não ser utilizados no momento da seleção: 1.) Elaboração de uma lista de itens de interesse da coleção é confeccionada a partir tanto de indicações feitas pelos usuários, como da identificação de materiais; 2.) Confeção uma lista quando alguém avalia cada um dos

materiais em relação aos recursos disponíveis e às prioridades definidas. Nas bibliotecas físicas existem técnicas para a seleção e a avaliação, mas na biblioteca digital nem sempre são utilizados critérios específicos.

Ao abordar sobre a seleção, Vergueiro (2010) cita alguns critérios importantes sobre o conteúdo dos documentos, tais como:

- Precisão: visa evidenciar o quanto a informação veiculada pelo documento é exata, rigorosa, correta.
- Imparcialidade: procura verificar se todos os lados do assunto são apresentados de maneira justa, sem favoritismo, deixando clara, ou não, a existência de preconceitos.
- Autoridade: define qualidade do material a partir da reputação de seu autor, editora ou patrocinador.

Trazendo uma descentralização da autoridade, a produção tecnológica é baseada em compartilhamento e troca social, sem se basear em estruturas de empresas, mercados ou instituições para motivar e coordenar a produção (ZANAGA; LIESEMBERG, 2008, p.19). Nesse aspecto, abordar-se-á a autoridade para avaliação no próximo tópico.

3.3.1 Autoridade como critério de validação da informação

Segundo Vergueiro (2010, p.18), os critérios de autoridade buscam definir a qualidade do material a partir da reputação de seu autor, editora ou patrocínio, reconhecendo determinada obra como importante devido à sua autoria ou edição. Silva (2016) cita que a autoridade deriva da antiguidade e é utilizada para afirmar a importância da preservação de documentos autênticos, sendo ligada a autenticidade da informação. Em meio a disputa para definir quem tem autoridade para validar um tipo de informação, aparecem os conceitos de autoridade científica, epistêmica e cognitiva.

Fundamentado em Pierre Bourdieu, González de Gómez observa que o campo científico consiste em um sistema de relações objetivas entre posições adquiridas, sendo um lugar ou espaço onde ocorre uma luta concorrencial. Ou seja, o que está em jogo especificamente nessa luta é o monopólio da autoridade científica definida (BOURDIEU apud GONZÁLEZ de GÓMEZ, 2007, p.5).

A autoridade científica consiste na soma entre a capacidade técnica e o poder social, onde o monopólio adquirido pelo cientista, detentor de autoridade, permite definir critérios

para dizer o que é ou não científico, legitimando as pesquisas conforme seu interesse (BOURDIEU apud FIGUEIREDO; SALDANHA, 2016, p.5). De acordo com González de Gómez (2007), a aquisição de autoridade não se limita apenas ao reconhecimento dos pares, mas ao resultado das transformações que alteram a produção do conhecimento. Autoridade científica refere-se ao campo científico onde o discurso é motivado por pensamentos epistêmicos da ciência, permitindo definir critérios que estabelecem o que é ou não científico, possibilitando uma forma de legitimação da pesquisa (TINÔCO, 2017, p.66).

Wilson (1983) ressalta que as pessoas constroem conhecimento em duas formas: 1.) Com base na sua “experiência em primeira mão”, dependendo do estoque de ideias que elas trazem para a interpretação e compreensão de seus encontros com o mundo; ou 2.) Com base na “experiência em segunda mão” com o conhecimento que se adquire através das ideias e informações fornecidas por outras pessoas (apud FIGUEIREDO; GONZÁLEZ de GOMEZ, 2011, p.90). Para o segundo caso, Wilson cunhou o termo autoridade cognitiva para explicar esse tipo de autoridade e como ela influencia pensamentos que as pessoas conscientemente reconhecem como sendo apropriados. A teoria de Wilson indica que, ao reconhecer autoridades cognitivas, as pessoas têm bases ou razões para julgamentos de autoridade. Quaisquer que sejam as razões pelas quais outras pessoas ou materiais mereçam autoridade cognitiva, as pessoas podem não ser capazes de descrever suas razões quantitativamente em escala mensurável, em outras palavras, só podem justificar sua avaliação de autoridade citando bases indiretas (RIEH, 2005, p.4).

Alguns pontos importantes sobre essa temática que foram definidos por Wilson são resgatados por Figueiredo e Gonzáles de Gomes (2011, p.91). A autoridade cognitiva requer um relacionamento que envolva pelo menos duas pessoas para que a autoridade de alguém sobre determinado assunto possa ser reconhecida por outro indivíduo. Também é uma questão de formação, podendo-se ter muita ou pouca formação sobre o assunto. Ela é relativa à esfera de interesse e experiência de um indivíduo, em algumas questões pode-se ser considerada a autoridade, enquanto que em outras situações pode não haver autoridade alguma. A autoridade cognitiva implica o exercício de um tipo de influência, que não está relacionada a autoridade administrativa.

As autoridades cognitivas são atribuídas a fontes credíveis de informação. Fallis (2004) exemplifica que algumas pessoas aceitam uma informação a partir do testemunho, conhecimento e experiências de outras pessoas, ao confiar em informações registradas em sites ou livros. Ou seja, pela experiência, por conceder ao mundo seu testemunho e experiências vividas, ficando a critério do ouvinte crer ou não na informação (GONZÁLES de

GOMÉZ, 2007). É importante ressaltar que Wilson (1983) também reconhece como autoridade editoras, diferentes tipos de documento ou na plausibilidade do conteúdo (FIGUEIREDO; SALDANHA, 2016), demonstrando que a autoridade pode ser validada de diferentes formas.

De acordo com González de Gómez (2011, p.229), a autoridade epistêmica estaria ligada ao uso da razão para julgar. Cada ser humano estaria munido de autoridade epistêmica para exercer a racionalidade de forma crítica, e seriam diferenciados pela capacidade de exercer essa razão crítica. Ou seja, se relaciona com a autoridade cognitiva e científica conforme o julgamento prévio em seu próprio mundo e meio de vida (GONZÁLEZ de GÓMEZ, 2011). Por meio da autoridade epistêmica, o indivíduo tem capacidade racional de julgar a informação que recebe de outras autoridades, e aceitar ou rejeitar os argumentos expostos (SILVA, 2017, p.63). Ao creditar alguém como autoridade epistêmica em determinado assunto considera-se que o autor é uma pessoa minuciosa na formulação de opinião, que sustenta crenças verdadeiras e evita ideias falsas (SILVA, 2017, p.64).

De acordo com Tinôco (2017, p.66), a autoridade epistêmica consiste na relação entre pessoas racionais capazes de realizar exposições conceituais primárias e defender ideias. É responsável por afirmar a confiabilidade da fonte ao analisar as obras em busca de informações confiáveis de modo a disponibilizar ao usuário informações pertinentes e válidas. Também pode ser autoridade durante um determinado tempo e depois não ser mais devido a atualização de informações (JÄGER, 2015). É razoável permitir que outra pessoa formule as crenças, com base em conhecimentos técnicos, e os outros apenas adotem as crenças elaboradas, independente das razões e opiniões pessoais. Essa atitude é o que significa atribuir autoridade epistêmica a alguém (JÄGER, 2015).

Ainda segundo Tinôco (2017, p. 71), um dos principais objetivos das autoridades epistêmica, científica e cognitiva está relacionado com elementos que estabeleçam a validação da informação disponível, de modo a garantir a coerência, relevância e qualidade do acervo. Por partir dos princípios abrangentes da confiabilidade, legitimidade, autenticidade e credibilidade, permitem uma maior possibilidade de análise, facilitando o reconhecimento e seleção das obras que devem ser adquiridas pelas instituições. Observa-se, enfim, a autoridade vai além da simples seleção de acordo com a reputação do autor e/ou editor, das instituições de financiamento e apoio que são comumente adotadas por profissionais da informação (TINÔCO, 2017, p.72).

Rieh (2005, p.3), ao utilizar esses conceitos no âmbito da produção da informação na internet, demonstra que os pesquisadores da Web fazem julgamentos de qualidade e

autoridade baseada principalmente em seus conhecimentos (conhecimento de domínio, conhecimento de sistema), para além das características das fontes (domínio URL, tipo, reputação, coletivo único, credenciais do autor/criador) e características dos objetos de informação (tipo, título, conteúdo, organização/estrutura, apresentação, gráficos, funcionalidade).

Este objeto como um critério para julgamento de informações é utilizado para avaliar a fonte enquanto origem, verificando os tipos de autoria e suas afiliações, e reconhecendo também as colaborações desenvolvidas em rede, por diferentes atores e autores (FIGUEIREDO; GONZÁLES de GOMEZ, 2011, p.92).

A credibilidade, de acordo com Figueiredo e Gonzáles de Gómez (2011, p.92), é uma qualidade percebida que não se encontra no objeto ou na pessoa: o que deve se discutir é a percepção humana de avaliar a credibilidade de um objeto. Complementando com Rieh (2007), a análise da credibilidade é muitas vezes caracterizada pelo objeto em avaliação, e recebe diferentes qualificações de acordo com esse objeto: credibilidade da fonte, do meio e da mensagem. Sendo a credibilidade um conceito relacionado fortemente ao de confiança, a confiabilidade indica que algo é seguro; e credibilidade é sinônimo de possível.

De acordo com Terra e Sá (2012, p.2), um dos processos mais comuns para atribuir credibilidade é o endossamento, processo eminentemente social baseado na perícia de alguns membros do grupo que explicitam para os seus congêneres uma avaliação positiva ou negativa das características e propriedades da fonte. Pode-se falar igualmente da credibilidade motivada pela reputação, muito comum nas relações pessoais e nas redes sociais. Uma boa reputação pode resultar de uma ação continuada e consciente ou não. A reputação dos recursos de informação pode constituir uma forma de lhes atribuir credibilidade ou não por parte dos utilizadores. Utilizando como exemplo a Wikipédia, a credibilidade se mostra cada vez mais como uma filosofia de grupo e comprometimento social, ultrapassando a visão tradicional da relação da credibilidade com a autoridade e a hierarquia para enfatizar a confiabilidade, resultado dos juízos de avaliação feitos e partilhados pelos utilizadores sobre múltiplos recursos (LANKES apud TERRA; SÁ, 2012, p.2).

Para que os conceitos de autoridade possam ser analisados em meios e fontes de informação alternativas, que contam com comunidades usuárias que não se alinham àquelas suportadas por fontes convencionais, faz-se oportuno, para o presente estudo, abordar aspectos tocantes ao público trans que se insere no bojo do movimento LGBTQI+, à medida que aquela comunidade discute suas temáticas, identidades e necessidades, buscando legitimidade social do seu local de fala.

3.4 Movimento LGBTQI+

Em busca da defesa do exercício da livre sexualidade, da formação de comunidades alternativas, da adoção de uma moda e estilo de vida que corrompam as barreiras do masculino e feminino além de outras reivindicações (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p.291), foram determinantes para a organização e desenvolvimento do movimento de lesbianas, gays, bissexuais, transexuais, transgêneros, *queer*, intersexuais e mais (LGBTQ+). É considerado como marco inicial a Revolta de *Stonewall* ocorrida em 28 de julho de 1969, onde um bar frequentado pela população LGBTQI+ sofreu forte repressão policial (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p.292). Desde então, a data é comemorada como orgulho LGBTQI+ e marca o crescente desenvolvimento das lutas desse movimento social em específico.

No Brasil, as organizações e lutas do movimento surgem em 1970 com o grupo Somos, e nos anos 80 o grupo gay da Bahia travou significativa luta para a retirada da homossexualidade do rol de doenças pelo conselho nacional de medicina (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p.293). Hoje o movimento continua atuando pelas causas da população LGBTQI+, principalmente na despatologização da homossexualidade e transexualidade em relação a disforia de gênero, onde uma nova classificação da CID possa ter diagnósticos psiquiátricos despatologizantes “não mais como um transtorno mental, a incongruência de gênero, uma resposta a luta internacional pela despatologização trans” (DUARTE, 2018, p.227).

Também na luta por políticas públicas, uma das reivindicações da população trans é a mudança do nome e sexo no registro sem a imposição da cirurgia (CORDEIRO; FERREIRA; MIRANDA, 2019, p.124) buscando, assim, o direito a identidade de gênero seja ela qual for. Ainda não há legislação que regulamente ou determine ação imediata, por isso “em decisão de 1/03/2018, na ação direta de inconstitucionalidade (ADI) 4.275/2009, o STF entendeu ser possível a alteração de nome e gênero no assento de registro civil, mesmo sem a realização de procedimento cirúrgico de redesignação de sexo (CORDEIRO; FERREIRA; MIRANDA, 2019, p.125 apud BRASIL, 2018). Ainda assim, há resistência na formulação da legislação específica para a retificação do nome e sexo na certidão civil, além de não dar escolha de um terceiro gênero a pessoas não binárias que não se identificam com o masculino e nem com o feminino, mas esse é uma pequena esperança no meio da luta pelos direitos de mudar o nome

e o sexo no registro, de poder ter condições seguras de realizar procedimentos cirúrgicos e hormonização para pessoas trans, emprego de carteira assinada, políticas de proteção e segurança para pessoas trans e outras reivindicações da população. É necessário reconhecer a identidade trans para dar a essas pessoas condições de se sentirem inseridas na sociedade (CORDEIRO; FERREIRA; MIRANDA, 2019, p.129).

3.4.1 A transexualidade ao longo dos séculos

A transexualidade ganhou visibilidade a partir século XX com as ciências da saúde que procuravam um saber específico para propor modelos para o tratamento. Em “1950 começam a surgir publicações que registravam a especificidade do fenômeno transexual, essas reflexões podem ser consideradas o início da construção do dispositivo da transexualidade” (BRITO, 2006, p.40). Nos anos 60 a 70 com o surgimento de associações e centros de identidade de gênero, a transexualidade passou a ser considerada “disforia de gênero”; seria um estado onde a pessoa demonstra insatisfação com seu sexo congênito e com o papel social tal como e socialmente definido (BRITO, 2006, p.43). A revolta de *Stonewall* foi um marco importante não só para o movimento LGBTQI+, mas também para a produção dos documentos escritos na época que se referiam a comunidade trans, além dos protestos e associações de apoio a comunidade onde influenciaram o estudo sobre a transexualidade em nível micro e macro: “nível micro refere-se como um transexual valoriza outro transexual e a nível macro como as instituições, principalmente a justiça e a medicina compreendem e avaliam sobre a feminilidade e masculinidade do transexual” (BRITO, 2006, p.43).

Foucault, na história da sexualidade, aborda como as leis e o discurso são usados na repressão dos desejos para assim moldar a sociedade de acordo com a época “o que é próprio das sociedades modernas não é terem condenado o sexo a permanecer na obscuridade, mas sim o terem-se devotado a falar dele sempre o valorizando como segredo” (FOUCAULT, 1988, p.36). O discurso muda com os séculos, mas o tabu ainda permanece, pois “passa-se a regular o sexo através de discursos úteis e públicos”, não apenas através das leis que regulam e modificam os padrões historicamente, mas, também, pelo discurso perpetuam conceitos que já são pré-estabelecidos.

Sobre o discurso, a cultura e as leis que constroem o gênero, Judith Butler discute sobre como o corpo se torna um meio passivo sobre o qual são inseridos significados culturais. É através do corpo que acontece a diferenciação do sistema binário, entre o masculino e feminino “uma pessoa é o seu gênero na medida em que não é o outro gênero

dentro desse par binário” (BUTLER, 2003, p.45). Ela apresenta o conceito de performance de gênero, onde o gênero para continuar existindo no sistema binário precisa ser repetido e reencenado ao longo do tempo, em um conjunto de significados já pré-estabelecidos socialmente, ou seja, através da estilização do corpo, os atos considerados femininos e masculinos se perpetuam publicamente através das culturas e gerações. “A performance é o que mantém a estrutura binária” (BUTLER, 2003, p.200), a expectativa de gênero começa muito antes da criança vir ao mundo, “as expectativas são materializadas em cores, roupas [...] tudo isso evoca uma performance de gênero, transforma o corpo em uma tecnologia de gênero” (BUTLER, 2003, p.88).

Em meio a esse processo de afirmação e reafirmação que se mostra instável devido as mudanças temporais não há como a materialização deste processo ser a mesma na cultura e na identidade de cada pessoa. Brito propõe que “entre a idealização e a prática há o espaço de interpretação, com isso o espaço para transformações e reconfigurações de gênero” (BRITO, 2006, p.95). Ou seja, a performance de gênero além de mudar ao longo do tempo, também permite uma ressignificação dos conceitos e entre um espaço do momento em que o sujeito toma consciência das normas em algum momento onde é aberta uma margem de interpretação da situação e através da interpretação é produzido um contra discurso sobre a norma de gênero imposta para o sujeito.

No processo de construção de uma identidade, a informação é crucial em meio a violência e preconceito que as pessoas trans sofrem a dificuldade em encontrar tópicos específicos no assunto pode ser grande. A internet propiciou um espaço de construção mais seguro, onde “ação humana ganhou novos recursos para modificar a organização do social, no qual performances e percepções do social adquiriram uma nova elasticidade, ainda que as consequências estejam condicionadas aos contextos locais e aos recursos de media utilizados” (ROJAS, 2015, p.209).

Com as redes e páginas online, a internet oferece possibilidades de identificação para a construção da identidade não apenas como uma fonte de consulta, mas também um local em que ele possa expressar a sua vivência e, além disso, a construção de uma rede de pessoas que também passam pela mesma situação ainda que não sejam no mesmo local físico. A internet possibilita a união de pessoas de diferentes lugares fazendo surgir uma rede de conexões abertas à interação, aos comentários, a novas conexões a partir de outros pontos no espaço (ROJAS, 2015, p. 209).

Os usuários, mediante a *Web*, têm a chance de atuar, simultaneamente, como produtores, emissores e receptores. Com a colagem de interferências individuais põe em

circulação ideias e conhecimentos sem as noções de seleção e estratificação que condicionam os processos midiáticos (MORAES, 2007, p.2). As aproximações por afinidades eletivas instauram-se, restauram-se e reproduzem-se em comunidades com vínculos duradouros ou coalizões circunstanciais (MORAES, 2007, p.3). De acordo com Pinto e Leite “[...] é consenso que as informações recuperadas ao longo do processo identitário colaboraram para a construção de suas identidades de gênero” (PINTO; LEITE, 2018, p. 110).

Na *Web* pessoas trans encontram espaços onde podem compartilhar a sua vivência por não se verem representadas em instituições públicas e privadas. Esse espaço se torna um local minimamente possível de pesquisa e discussão sobre as questões que perpassam uma pessoa trans, seja no processo de transição, em questões de saúde, no cotidiano ou no enfrentamento do preconceito sofrido diariamente por não se encaixar no padrão aceito socialmente. O problema é que a informação utilizada nesses espaços não passa por um filtro de validação e muito menos são divulgadas para outras pessoas trans que se encontram a procura de informação no assunto, por isso é muito importante que essa produção possa ser discutida e pensada para atender demandas específicas de um grupo específico.

3.4.2 Local de fala

De acordo com Ribeiro (2017, p.58), não há uma epistemologia determinada sobre o termo local de fala. Por ser de origem imprecisa, acredita-se que surge a partir da tradição da discussão sobre o “*feminist stand point*”, em tradução livre é sobre o ponto de vista feminista. A hipótese principal de Ribeiro é apresentada ao dizer que “a partir da teoria do ponto de vista feminista, é possível falar de lugar de fala”. (RIBEIRO, 2017, p. 59). O conceito é utilizado por ativistas de movimentos sociais pois confronta o conhecimento produzido pela epistemologia hegemônica. Esse confronto aparece em inúmeros debates no âmbito acadêmico e na sociedade, e com frequência está presente nas discussões em redes sociais onde os discursos são pautados e travados (PEREIRA, 2018, p.154).

Na concepção de Ortellado (2017), as hierarquias sociais produzem efeitos de verdade diferentes, elas são mais intensas quando um discurso é enunciado por um homem branco mais velho do que por uma mulher trans por exemplo. Quem tem o direito de falar é quem tem o direito de construir narrativas, mas esse outro possui experiência para que um grupo se identifique? Falar a partir de locais é também romper com essa lógica de que somente os subalternos falem de suas localizações fazendo com que aqueles inseridos na norma hegemônica pensem (RIBEIRO, 2017, p.84). Todos têm o direito de falar, pois todos possuem

seu local social; o importante é que indivíduos que pertencem a grupos privilegiados “consigam enxergar as hierarquias produzidas a partir desses locais sociais e como esses locais impede diretamente na constituição na constituição dos locais de grupos subalternos (RIBEIRO, 2017, p.86), o que abre espaço para a discussão de branquitude, cisgeneriedade e masculinidades.

Trata-se de uma análise a partir da localização dos grupos nas relações de poder, levando em conta os marcadores sociais como elementos dentro de construções múltiplas na estrutura social. O conceito parte das múltiplas condições que resultam as desigualdades e hierarquias que localizam grupos subalternizados (PEREIRA, 2018, p.155). É sobre ouvir a partir da experiência do outro pois o não ouvir é a tendência a permanecer num local cômodo e confortável daquele que se intitula em uma posição de poder falar sobre os outros enquanto estes permanecem silenciados (RIBEIRO, 2017, p.79).

É necessário debater questões sociais, mas é necessário ouvir o que as minorias (que não são tão minorias assim) estão discutindo e produzindo, mas que continuam sendo marginalizadas. Lembrar que “só se fala na voz de ninguém quem sempre teve voz e nunca precisou reivindicar uma humanidade” (RIBEIRO, 2017, p.90). É sobre ter “liberdade para cada grupo se reconhecer e entender em qual espaço se encontra conforme o processo de organização e falar com propriedade a partir dele” (MARQUES, 2018). É possível ver que ora local de fala aparece como uma reivindicação para demonstrar, o que ninguém mais sabe, ora é uma reivindicação para desabafar, sobre o que ninguém mais sabe (SALGADO; GATTI, 2018, p.578). Ao falar sobre local de fala, Ávila⁵ (2018), transexual e militante diz:

Pela primeira vez estão dando oportunidade para aquelas pessoas que vivenciam esses cotidianos, que vivenciam as opressões todos os dias, que têm na própria pele a experiência, possam passar essa informação a partir das suas vivências, e não necessariamente a partir de estudos, ou de uma leitura, ou de ponto de vista de qualquer outro profissional, como um antropólogo, psicólogo, cientista social ou alguém que estudou um caso. O local de fala é rico nisso, porque ele não está dentro de um livro, ele está no que eu carrego todo dia, na violência que eu sofro (ÁVILA, 2018).

O conceito sobre local de fala tem suas raízes no feminismo, mas não necessariamente é aplicado somente a essa temática. Ao trazer a temática da transexualidade, percebe-se a quantidade de estudos produzido sobre o assunto, mas as pessoas que estão dentro do espectro

⁵ LirousKyo Fonseca Ávila atua com movimentos sociais desde 2004, Assistente Social pela UFSC (2016), voluntária na ADEH - Associação em Defesa dos Direitos humanos desde 2010, instituição que acolhe LGBTQI+ vítimas de violência oferecendo tratamento psicológico, social e jurídico gratuito a toda a população. Membro fundadora da instituição Desdobrando Arte Ateliê e do núcleo de estudos NeTrans (núcleo de estudos e pesquisas das Travestilidades & Transexualidades) da UFSC.

ainda não ocupam muitos espaços públicos para discutir sobre as temáticas que a envolvem. Local de fala é principalmente perceber se o que está sendo discutido, se tem alguém que o represente, que tenha passado por isso e que esteja em um local que possa confirmar e representar essas temáticas de uma forma mais ligada à experiência. Sobre a discussão de pessoas trans na política, para Keila Simpson⁶ (2018), a pessoa trans é alguém que sempre está na subalternidade, em segundo plano, mas quando pega um microfone e sabe falar, não é falar o que você quer ouvir, é falar da sua vivência, do seu cotidiano, da sua experiência de vida isso é muito mais potente (SIMPSON, 2018).

Por exemplo, na eleição de 2018, observaram-se pessoas trans concorrendo aos mais variados cargos na esfera pública dentre elas Robeyoncé de Lima, deputada estadual eleita pela chapa Coletiva Juntas, em Pernambuco; Erika Hilton, do mandato estadual coletivo da Bancada Ativista, em São Paulo; e Erica Malunguinho, deputada estadual pelo Psol, também em São Paulo (CELIO, 2019).

De acordo com o relatório da ONG Internacional Transgender Europe, que monitora os assassinatos de Travestis e Transexuais pelo mundo, dos 71 países monitorados, foram assassinadas 167 pessoas Trans no Brasil seguidos de 71 mortes no México, 28 no EUA e 21 na Colômbia no mesmo período (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2019, p.24). O Brasil que segue como o país que mais mata travestis, mulheres transexuais, homens trans e demais pessoas trans de todo o mundo, por isso, ouvir passivamente medidas sendo tomadas sem a consulta por pessoas da comunidade não é mais uma opção.

⁶ Presidenta da Associação Nacional de Travestis e Transexuais, coordenadora do Espaço de Sociabilidade e Convivência do Centro de Promoção e Defesa dos Direitos LGBT da Bahia.

4 APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

A presente seção visa responder os questionamentos realizados na introdução da pesquisa mediante a separação de dois momentos, sendo estes representados por intermédio de quadro de sistematização de conceitos (seção 5.1) e de figuras, relativas aos *blogs*, e quadros de sistematização dos resultados (seção 5.2)

No primeiro momento (seção 5.1) serão retomados os critérios de autoridade utilizados e o resgate sobre o local de fala com o objetivo de, no segundo momento, fundamentar se o autor que produz o conteúdo e/ou que mantém o *blog* tem sua fala legitimada pelos usuários que leem e interagem com o conteúdo postado.

No segundo momento (seção 5.2) serão apresentados os *blogs* (em figuras) e os quadros que foram utilizados na avaliação. De modo descritivo, os exemplos de autoridade utilizados, juntamente com o critério de local de fala, demonstram se há ou não uma concordância com o conteúdo apresentado nos *blogs*, considerando os usuários que interagem com aqueles espaços na Web.

4.1 Tipos de autoridade e local de fala

Nesta seção foram retomados os principais conceitos de autoridade e de local de fala abordados na revisão de literatura de modo a facilitar a comparação entre eles, trazendo uma reflexão no âmbito do desenvolvimento de coleções sobre a utilização dos *blogs* como fonte de informação:

Quadro 4 – Critérios de autoridade

Tipos de autoridade	Conceito	Descrição da validade
Como critério de seleção	“Buscam definir a qualidade do material a partir da reputação de seu autor, editora ou patrimônio” (VERGUEIRO, 2010, p.18)	Autoria própria, editora ou patrimônio.
Epistêmica	É ligada ao uso da razão para julgar. Cada ser humano estaria munido de autoridade epistêmica para exercer a racionalidade de forma crítica, e seriam diferenciados pela capacidade de exercer essa razão crítica (GONZÁLEZ DE GÓMEZ 2011)	Publicação autoral, relatos pessoais.
Cognitiva	Através do conhecimento que se adquire através das ideias e informações fornecidas por outras pessoas influencia pensamentos que conscientemente reconhecem como sendo apropriados é conhecido também como conhecimento de segunda mão (WILSON, 1983 apud FIGUEIREDO; SALDANHA, 2016)	Editoras, publicações institucionais, órgãos, agências de fomento, eventos, <i>blogs</i> que divulgam outras fontes.

Científica	A autoridade científica consiste na soma entre a capacidade técnica e o poder social, onde o monopólio adquirido pelo cientista, detentor de autoridade, permite definir critérios para dizer o que é ou não científico, legitimando as pesquisas conforme seu interesse. (BOURDIEU, 1983 apud FIGUEIREDO; SALDANHA, 2016).	Pesquisadores, professores, grupos de estudo, artigos científicos e teses.
Local de Fala	É ter liberdade para cada grupo se reconhecer e entender em qual espaço se encontra conforme o processo de organização e falar com propriedade a partir dele (MARQUES, 2018).	Comentários que autorizam/não autorizam o autor a tratar o assunto (que se identificam ou não com o assunto). Compartilhamento e curtidas das publicações.

Fonte: Elaborado pelo autor.

A autoridade no âmbito do desenvolvimento de coleções consiste na busca de materiais de informação de qualidade, utilizando como critério a reputação de seu autor ou editor, bem como da instituição financiadora (VERGUEIRO, 2010). Por ser uma área muito ampla, incluiu-se a análise de outros tipos de autoridade como a epistêmica, científica e cognitiva que podem trazer mais características necessárias para a seleção na política de desenvolvimento de coleções.

Autoridade científica está ligada ao campo científico pautada principalmente pela autenticidade, credibilidade e legitimidade da informação (TINÔCO, 2017, p.66). Em outras palavras, são fundamentadas por professores e pesquisadores que trabalham dentro da validação científica por intermédio de instituições de ensino, pesquisa e fomento científico.

Autoridade epistêmica está ligada a racionalização do que é ou não uma fonte de informação. Está relacionada a credibilidade, sendo a autoridade que analisa e defende as ideias de modo com que possa disponibilizar informações pertinentes e válidas. As autoridades que se enquadram nesse perfil são as editoras, os órgãos e agências de fomento; trazendo para um âmbito mais informal, *blogs* que também divulgam outros *blogs* que contêm informações relevantes, aspecto esse que será melhor abordado mais adiante.

Autoridade cognitiva, retomando os conceitos apresentados de Wilson (1983), está ligada diretamente a autoria, compreendendo o conhecimento de primeira e segunda mão, e estando relacionada a conceitos como legitimidade, confiabilidade, validação, qualidade, relevância e credibilidade da informação (TINÔCO, 2017, p. 66).

O local de fala, tendo como conceito principal o espaço para publicação e discussão de situações envolvendo o depoimento diretamente de minorias sem o aparato institucional, está ligado principalmente a autoridade cognitiva, pois seria uma forma de validar ainda mais

assuntos que o autor traz. Utiliza-se, para tanto, a Web por ser um espaço por meio do qual se faz possível tornar público assuntos de interesse de determinadas comunidades ou para além delas, com conteúdos acessados por qualquer pessoa que se interesse sobre a temática.

4.2 Critérios de autoridade

Nesta subseção o objetivo é analisar os *blogs*, utilizando a autoridade e o local de fala como critérios. Buscou-se, especificamente, localizar os tipos de autoridades encontrados nos *blogs*, observando-se os conteúdos apresentados, sejam eles autorais ou de outro tipo, que não correspondesse a conteúdo de autoria própria, para, assim, serem classificados dentro da temática da autoridade cognitiva, epistêmica ou científica.

Para demonstrar a representação atribuída por meio do local de fala, utilizaram-se, como critério, ações dos usuários que autorizassem o autor e/ou o mantenedor do *blog* de modo a demonstrar se tais usuários estavam de acordo com o conteúdo exposto. Utilizou-se, como critério, a ordem cronológica das postagens, a postagem do autor e/ou do mantenedor do *blog* que tivesse mais *feedback* dos usuários, incluindo curtidas, compartilhamento ou interação via comentários (também conhecidos como “asks”). Apresentam-se, a seguir, a página inicial dos *blogs* como figuras, juntamente com os critérios de autoridade, em quadros.

O *blog* “Degenerads” analisado foi criado em 2014 por Jonas Maria, de Minas Gerais, formado em letras pela UFSJ com o intuito de “[...] endossar e colaborar com as experiências sobre exploração da transgeneriedade” (MARIA, 2015). Objetiva, particularmente, auxiliar “[...] outras pessoas que sejam trans ou não a se informar e a se educar sobre o assunto, bem como expandir o entendimento do que é ser trans”. O *blog* veicula principalmente publicações acadêmicas a respeito da temática, demonstrando um maior conhecimento acadêmico de modo a complementar as publicações da vivência pessoal.

Figura 1 –Degenerads



Fonte: <https://jonasdoravante.tumblr.com/>

Quadro 5–Degenerads

Blog analisado: Degenerads		
Link: https://jonasdoravante.tumblr.com/		
Período de atividade da página: 2015 (página ativa)		
Critérios de seleção	Autoridade na seleção	Autoria própria. O autor é formado em Letras pela UFSJ. O blog não é editado por editora tradicional, não é financiado.
	Autoridade científica	Utiliza livros, artigos científicos.
	Autoridade cognitiva	Utiliza e participa de eventos científicos e de debates acadêmicos
Elementos de autoridade	Autoridade epistêmica	Obras próprias como artigos dentro da temática e relatos sobre o cotidiano
	Aspectos que autorizem o autor	16 likes, 2 compartilhamentos. Presença de perguntas anônimas no perfil a respeito do assunto.
Local de fala		

Fonte: Elaborado pelo autor.

Nos critérios de seleção, o *blog* é de autoria própria, sendo o autor formado em Letras pela UFSJ, algo que indica a autoridade científica. Não é editado por editora tradicional e tampouco é financiado. Complementarmente àqueles critérios, na autoridade cognitiva, o autor utiliza e participa de eventos científicos e de debates acadêmicos. Quanto a autoridade epistêmica, o *blog* trabalha com a produção de obras próprias como artigos dentro da temática, relatos sobre o cotidiano dentro da temática. A partir do local de fala do autor, conteúdo do *blog* receberam 16 *likes* e 2 compartilhamentos, havendo a presença de perguntas anônimas no perfil a respeito do assunto.

O blog “Diário de uma garota trans” foi criado em 2014, de autoria desconhecida, tem o intuito de divulgar assuntos ligados a transição para transexuais. Objetiva ser um site de “autoajuda para pessoas trans” (DIARIO DE UMA GRATORA TRANS, 2014), veiculando principalmente vivências pessoais publicadas de outras pessoas para serem utilizados como guia por pessoas que passam por situações parecidas, além de aspectos ligados a saúde de pessoas trans.

Figura 2- Diário de uma garota trans



Fonte: <https://transicaotransexuais.tumblr.com/>

Quadro 6 – Diário de uma garota trans

Blog analisado: Diário de uma garota trans		
Link: https://transicaotransexuais.tumblr.com/		
Período de atividade da página: 2016 (página inativa)		
Critérios dentro da seleção	Autoridade na seleção	Autoria própria, sem informações pessoais sobre o autor.
Elementos de autoridade	Autoridade científica	Não encontrado
	Autoridade cognitiva	Utilizados postagens de outros <i>blogs</i> sobre a temática
	Autoridade epistêmica	Publicação sobre dicas médicas
Local de fala	Aspectos que autorizem o autor	Cerca de 22 curtidas e 3 compartilhamentos.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quanto à autoridade, nos critérios de seleção o *blog* ele é de autoria própria. O autor não apresenta informações pessoais, como nome e local; o *blog* também não é editado ou financiado. O autor não utiliza de autoridades científicas, mas traz autoridades cognitivas ao divulgar outros *blogs* que abordam a temática, bem como autoridade epistêmica com o relato de sua própria experiência com hormônios. Sobre o local de fala, a postagem mais comentada recebeu 22 curtidas e 3 compartilhamentos.

O *blog* “Boy” foi criado em dezembro de 2018 sob autoria de Tales Nasir, que atua como professor escolar. O veículo tem o objetivo de “divulgar a vivência pessoal como pessoa trans” (NASIR, 2018). Objetiva, ainda, relatar, em forma de contos, vivências pessoais a partir de questões familiares e de empregabilidade. Também conta com informações sobre outros *blogs* dentro da temática, sejam elas sobre humor ou apoio a pessoas trans.

Figura 3 – Boy



Quadro 7– Boy

Blog analisado: Boy		
Link: https://talesnasir.tumblr.com/		
Período de atividade da página: 2018 (continua ativa)		
Critérios dentro da seleção	Autoridade na seleção	Autoria própria, atua como professor escolar.
Elementos de autoridade	Autoridade científica	Não encontrado
	Autoridade cognitiva	Utilizado postagens de outros <i>blogs</i> sobre a temática
	Autoridade epistêmica	Produção pessoal de diários sobre situações que pessoas trans lidam e tratamento hormonal
Local de fala	Aspectos que autorizem o autor	Cerca de 6 curtidas

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quanto aos critérios de autoridade, nos critérios de seleção o *blog* possui autoria própria, sem edições por editoras tradicionais ou financiamento. Também não é encontrada autoridade científica nas postagens, mas existe grande presença da autoridade cognitiva à medida que são utilizadas postagens de outros *blogs* dentro da temática, juntamente com a autoridade epistêmica, contando com as publicações pessoais diárias. Quanto à autoridade a partir do local de fala, uma postagem no *blog* recebeu recente 6 curtidas.

O *blog* “Espaço queer” foi criado em 2015 pelo administrador que atende pelo nome de Bre, sendo utilizado o pronome neutro ou masculino. Criado pela “falta de tumblr brasileiros sobre o tema” (BREE, 2015), tem como objetivo informar e reblogar informações ligadas ao mundo LGBTQI+, principalmente a comunidade queer e trans, trazendo termos criados por outros *blogs* no exterior. Por essa razão, o *blog* busca fornecer informações sobre a divulgação de gêneros, utilizando de linguagem neutra. Tem o intuito de ser uma espécie de guia ou um espaço de construção, principalmente por pessoas não binárias que não se veem representadas na linguagem binária.

Figura 4 –Espaço queer



Fonte: <https://espaco-queer.tumblr.com/>

Quadro 8 – Espaço queer

Blog analisado: Espaço queer		
Link: https://espaco-queer.tumblr.com/		
Período de atividade da página: 2015 (página inativa)		
Critérios dentro da seleção	Autoridade na seleção	Autoria própria de uma pessoa trans não binarie.
Elementos de autoridade	Autoridade científica	Não encontrado
	Autoridade cognitiva	Utilização de manifestações artísticas envolvendo a temática publicada por outros <i>blogs</i>
	Autoridade epistêmica	Publicações autorais sobre cotidiano principalmente envolvendo o pronome.
Local de fala	Aspectos que autorizem o autor	5 curtidas e 2 compartilhamentos

Fonte: Elaborado pelo autor.

Sobre os critérios de autoridade, o blog apresenta autoria própria e não conta com a colaboração de editoras tradicionais ou financiamento. Não foram encontradas publicações ligadas à autoridade científica nesse espaço, mas identificaram-se autoridades epistêmicas através de manifestações artísticas envolvendo a temática publicada por outros *blogs*, além das publicações autorais sobre cotidiano e acerca da utilização de pronomes. Quanto à autoridade a partir do local de fala, conteúdo do *blog* receberam 5 curtidas e 2 compartilhamentos.

O *blog* “Espectrometria não binária” foi criado em 2014. Sem apresentar dados dos autores principais, o desenvolvimento e a manutenção do *blog* se justificam em virtude da falta de fontes dentro da temática com o objetivo de “discutir identidades, expressões e corporalidades fora do padrão binário” (ESPECTROMETRIA NÃO BINÁRIA, 2014). O veículo é utilizado como referência em páginas citadas neste trabalho, como o “Espaço queer” e “Mídia queer” por ter sido uma das primeiras a trazer questões fora do binarismo. Discute questões de linguagem e expressão de gênero, em publicações próprias e compartilhadas de outras páginas.

Figura 5 – Espectrometria não-binária



Fonte: <http://espectrometria-nao-binaria.tumblr.com>

Quadro 9 – Espectrometria não-binária

Blog analisado: Espectrometria não binária		
Link: http://espectrometria-nao-binaria.tumblr.com		
Período de início atividade da página: 2014 (inativa atualmente)		
Crítérios dentro da seleção	Autoridade na seleção	Autoria própria, sem informações pessoais sobre o autor.
Elementos de autoridade	Autoridade científica	Utilizado entrevistas de professores e psicólogos militantes na área
	Autoridade cognitiva	Compartilhamento de outros <i>blogs</i> e matérias de sites que abordam o assunto
	Autoridade epistêmica	Publicações próprias ligadas a linguagem neutra e definições de gêneros
Local de fala	Aspectos que autorizem o autor	Perguntas dos usuários sobre gênero dentro do espaço de asks. Postagens com 6 likes e 2 compartilhamentos

Fonte: Elaborado pelo autor.

Na questão dos critérios de autoridades, o *blog* possui autoria própria, sem apresentar publicações de editoras ou financiamento. Complementarmente, na autoridade científica é utilizado entrevistas de professores, militantes e psicólogos na área. Na autoridade cognitiva encontra-se o compartilhamento de *blogs* e matérias que também tratam da mesma temática. Quanto à autoridade epistêmica, observam-se publicações próprias, principalmente sobre linguagem neutra e definições de gênero. Em relação à autoridade a partir do local de fala, observam-se, em conteúdo do *blog*, 6 likes e 2 compartilhamentos, além de perguntas dos usuários sobre a temática.

O blog “MídiaQueer” teve início em outubro de 2016, formado, mantido e gerido por pessoas trans não binaries, associadas sem fins lucrativos. Tem como objetivo: “Disseminar informações veiculadas a comunidade trans bem como ter um espaço de divulgação de notícias próprias do coletivo” (MÍDIA QUEER, 2016). O veículo se apresenta como página informativa, que se propõe a trazer notícias do Brasil e do mundo relacionadas a gênero e expressão no que envolve humor, empregabilidade, utilidade pública, além de avanços nos direitos para pessoas trans.

Figura 6– Mídia queer



Fonte: <https://midiaqueer.tumblr.com>

Quadro 10 – Mídiaqueer

Blog analisado: Mídiaqueer		
Link: https://midiaqueer.tumblr.com		
Período de início atividade da página: 2016 (ativa atualmente)		
Crítérios dentro da seleção	Autoridade na seleção	Autoria própria, vários autores não binaries.
Elementos de autoridade	Autoridade científica	Não encontrado
	Autoridade cognitiva	Compartilhamento de outros <i>blogs</i> e sites sobre notícias nacionais e internacionais, documentários, charge/humor
	Autoridade epistêmica	Ofertas de emprego, depoimentos de pessoas trans responsáveis pela página e mandadas por usuários.
Local de fala	Aspectos que autorizem o autor	11 curtidas e 4 compartilhamentos

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quanto aos critérios de autoridade, o *blog* apresenta autoria própria e coletiva, mas sem utilizar de recursos de editoras ou financiamento. Não apresenta autoridade científica. Tocante à autoridade cognitiva, o veículo traz o compartilhamento de outros *blogs* e *sites* de notícias internacionais e nacionais dentro da temática. Quanto à autoridade epistêmica apresenta publicações de ofertas de emprego, depoimentos de pessoas trans responsáveis pela página e enviadas por usuários. Quanto à autoridade a partir do local de fala, conteúdos do *blog* foram curtidos 11 vezes e compartilhados em 4 ocasiões.

O *blog* “Mais um homem trans” foi criado em outubro de 2016 por Sebastian. Ele foi idealizado com o objetivo de contar sobre a sua experiência de transição pessoal de modo a auxiliar outras pessoas trans. Contando, portanto, com uma experiência particular, o *blog* traz a vivência de uma pessoa trans em forma de diário para que possa ser utilizada como exemplo na busca por informações dentro da temática e, também, possa auxiliar a no processo de auto identificação de pessoas trans.

Figura 7 – Mais um homem trans



Fonte: <https://umhomemtrans.tumblr.com>

Quadro 11 – Mais um homem trans

Blog analisado: Mais um homem trans		
Link: https://umhomemtrans.tumblr.com		
Período de início atividade da página: 2016 (inativo)		
Critérios dentro da seleção	Autoridade na seleção	Autoria própria, sem informações pessoais sobre o autor
Elementos de autoridade	Autoridade científica	Não encontrado
	Autoridade cognitiva	Compartilhamento e divulgação de outros <i>blogs</i> dentro da temática
	Autoridade epistêmica	Diário pessoal sobre suas experiências da transição
Local de fala	Aspectos que autorizem o autor	7 curtidas e 2 compartilhamentos

Fonte: Elaborado pelo autor.

Em relação aos critérios de autoridade tocantes ao processo de seleção, o *blog* é de autoria própria sem contar com apoio ou intermediação de editoras e, tampouco, recebe algum financiamento. Não apresenta autoridade científica, mas apresenta autoridade cognitiva à medida que o *blog* compartilha e divulga outros *blogs* dentro da temática. A autoridade epistêmica pode ser observada, pois o *blog* se utiliza de publicações em formato de diários. Quanto à autoridade a partir do local de fala, conteúdo do *blog* receberam 7 curtidas e 2 compartilhamentos.

O blog “resistência não binária” foi criado em outubro de 2016 por pessoas trans não binárias e é afiliado à página “Mídiaqueer”. Tem como objetivo “homogeneizar a visibilidade de pessoas trans não binárias, promover a circulação de informações e o diálogo com o público e sociedade” (RESISTÊNCIA NÃO BINÁRIA, 2016). O veículo foca, principalmente, em conteúdo para pessoas não binárias, mas sem deixar de englobar outros gêneros. Traz conteúdos sobre saúde, recursos para pessoas trans, informações sobre o meio, dentre outros aspectos.

Figura 8 – Resistência não binária



Fonte: <https://resistenciaoabinaria.tumblr.com/>

Quadro 12 – Resistência não binária

Blog analisado: Resistência não binária		
Link: https://resistenciaoabinaria.tumblr.com/		
Período de início atividade da página: 2016 (ativa)		
Critérios dentro da seleção	Autoridade na seleção	Autoria própria, coletivo resistência não binária.
Elementos de autoridade	Autoridade científica	Artigos e estudos sobre hormonização e direitos LGBTQI+
	Autoridade cognitiva	Publicações de <i>blogs</i> sobre notícias internacionais e nacionais
	Autoridade epistêmica	Publicações sobre experiências pessoais dos administradores da página e usuários
Local de fala	Aspectos que autorizem o autor	15 curtidas, 6 compartilhamentos e comentários nas postagens concordando com a descrição

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quanto aos critérios de autoridade para seleção, o *blog* de autoria própria coletiva sem utilizar de editoras ou financiamento. Complementarmente, apresenta autoridades científicas por meio de publicações e estudos sobre harmonização e direitos LGBTQI+. Na autoridade cognitiva utiliza de publicações de outros *blogs* sobre notícias internacionais e nacionais. Na autoridade epistêmica apresenta publicações pessoais dos administradores da página e também usuários. Quanto à autoridade a partir do local de fala, conteúdos do *blog* receberam 15 curtidas e 6 compartilhamentos, utilizando, também, de comentários nas postagens concordando com a descrição.

O *blog* “transfinge” foi criado em setembro de 2014 por Arthur Malena. Tem como objetivo registrar a experiência própria de Arthur na transição de pessoa bigênera (se identificar com os dois gêneros). Por meio de tal experiência, o *blog* propõe, explicar a experiência de ser uma pessoa não binária, abordando, dentre outros aspectos, a disforia de gênero. Tais assuntos são abordados de modo pessoal e com o objetivo de apresentar exemplos para outras pessoas trans.

Figura 9 –Transfinge



Fonte: <https://transfinge.tumblr.com>

Quadro 13 – Transfinge

Blog analisado:Transfinge		
Link: https://transfinge.tumblr.com		
Período de início atividade da página: 2014 (inativa)		
Crítérios dentro da seleção	Autoridade na seleção	Autoria própria por Arthur Malena.
Elementos de autoridade	Autoridade científica	Não encontrado
	Autoridade cognitiva	Não encontrado
	Autoridade epistêmica	Crônicas pessoais sobre não binariedade e disforia
Local de fala	Aspectos que autorizem o autor	27 curtidas 4 compartilhamentos

Fonte: Elaborado pelo autor.

Tocante aos critérios de autoridade para seleção, o *blog* é de autoria própria sem utilizar de editoras ou financiamento. Nos elementos de autoridade científica e cognitiva não foram encontrados registros, à medida que o *blog* contou, principalmente, com elementos de autoridade epistêmica, pois trouxe crônicas pessoais sobre não binariedade e disforia. Quanto à autoridade a partir do local de fala, conteúdo do *blog* receberam 27 curtidas e 4 compartilhamentos.

O *blog* “Transgredindo a norma” foi criado em dezembro de 2015 por um grupo de autores que compartilham artigos e crônicas a respeito de gênero e sexualidade com o objetivo de ser “[...] um espaço para algumas reflexões sobre minorias” (TRANSGREDINDO A NORMA, 2015). O *blog* se apresenta como uma página que, com vários autores, discute as temáticas de questões de gênero e sexualidade que perpassam a comunidade LGBTQI+ e, principalmente, a comunidade trans.

Figura 10 – Transgredindo a norma



Fonte: <http://transgredindo-a-norma.tumblr.com>

Quadro 14 – Transgredindo a norma

Blog analisado: Transgredindo a norma		
Link: http://transgredindo-a-norma.tumblr.com		
Período de início atividade da página: 2015 (inativa)		
Critérios dentro da seleção	Autoridade na seleção	Autoria própria, coletivo de autores.
Elementos de autoridade	Autoridade científica	Não encontrado
	Autoridade cognitiva	Utiliza outros <i>blogs</i> no compartilhamento e embasamento de textos sobre a temática
	Autoridade epistêmica	Produção em conjunto em relação a minorias dentro da transexualidade e definições de opção sexual
Local de fala	Aspectos que autorizem o autor	12 curtidas e 4 compartilhamentos

Fonte: Elaborado pelo autor.

Em relação aos critérios de autoridade para seleção, o *blog* apresenta a autoria própria sem utilizar de editoras ou financiamento. Não apresenta autoridades científicas. Complementarmente àqueles critérios, apresenta autoridade cognitiva com o compartilhamento de outros *blogs* e autoridade epistêmica com a produção em conjunto de conteúdo relacionado a minorias dentro da transexualidade. Quanto à autoridade a partir do local de fala, conteúdos dos *blogs* receberam 12 curtidas e 4 compartilhamentos.

O *blog* “Trans Connection” foi criado em agosto de 2014 por Lindsay Lohanne. Nascida em Manaus e formada num curso técnico em turismo, criou o *blog* com o objetivo de “abordar os principais assuntos do mundo transgênero” (LOHANNE, 2014). O veículo pretende ser uma revista online informativa, de modo que os assuntos como leis, processos de tratamento e transição possam ser explorados e divulgados em uma linguagem acessível.

Figura 11 – Trans connection



O Cursinho Popular
TransFormação Grátis com o
objetivo de prepará-los para o
Enem melhorando a formação e
aumentando sua visibilidade.

Fonte: <https://transconnection.wordpress.com>



Quadro 15 – Transconnection

Blog analisado: Trans Connection		
Link: https://transconnection.wordpress.com		
Período de início atividade da página: 2014 (inativa)		
Critérios dentro da seleção	Autoridade na seleção	Autoria própria, Lindsay Lohanne formada em técnico em turismo
Elementos de autoridade	Autoridade científica	Utiliza de artigos, livros e além de opiniões de terapeutas e psicólogos
	Autoridade cognitiva	Eventos sociais, compartilhamento de outros <i>blogs</i> sobre documentários, filmes, notícias nacionais e internacionais
	Autoridade epistêmica	Produz conteúdo relacionado a vivência, conceito e dúvidas dentro da temática
Local de fala	Aspectos que autorizem o autor	5 comentários perguntando sobre a temática

Fonte: Elaborado pelo autor

Em relação aos critérios de autoridade para seleção, o *blog* possui autoria própria sem utilizar de editoras ou financiamento. Complementarmente, no que se refere à autoridade científica, o *blog* se utiliza de trabalhos acadêmicos e opiniões de terapeutas e psicólogos. Tocante à autoridade cognitiva são apresentados eventos e compartilhamentos de outros *blogs*. Quanto à autoridade a partir do local de fala, conteúdos receberam 5 comentários.

O *blog* “Ivan FTM” começou a disponibilizar conteúdos em novembro de 2017, sob a autoria de Ivan. Apresenta-se com o objetivo de contar sobre a experiência de ser de uma pessoa trans. Além de utilizar da própria experiência, ao contar sobre situações também compartilha das vivências de outras pessoas que publicam sobre o assunto. Demonstra grande interação com as pessoas que enviam perguntas dentro da temática sobre dúvidas, principalmente sobre hormonização.

Figura 12– Ivan



Fonte: <https://ivanbrittoo.tumblr.com>

Quadro 16 - Ivan

Blog analisado: Ivan		
Link: https://ivanbrittoo.tumblr.com		
Período de início atividade da página: 2017 (ativo)		
Crítérios dentro da seleção	Autoridade na seleção	Autoria própria, Ivan.
Elementos de autoridade	Autoridade científica	Não encontrado
	Autoridade cognitiva	Compartilhamento de outros <i>blogs</i>
	Autoridade epistêmica	Publicação pessoal sobre saúde
Local de fala	Aspectos que autorizem o autor	7 curtidas e 1 compartilhamento

Fonte: Elaborado pelo autor.

No que concerne aos critérios de autoridade para seleção, o *blog* apresenta autoria própria sem utilizar de editoras ou financiamento. Não apresenta autoridade científica. Complementarmente àqueles critérios, na autoridade cognitiva encontram-se *blogs* como referência e na autoridade epistêmica as publicações pessoais sobre saúde. Quanto à autoridade a partir do local de fala, conteúdo do *blog* receberam 7 curtidas e 1 compartilhamento.

O *blog* “Sem título” tem início em julho de 2018 sob a responsabilidade de uma pessoa trans, prescindindo de informações pessoais. Com a influência dos artigos lidos pela autoria do *blog*, o canal compartilha a vivencia objetivando falar sobre as mudanças físicas e emocionais. Assim como a vivencia de outras pessoas trans auxiliou o autor na transição, buscou, com esse *blog*, contar “um pouco da experiência e das situações como pessoa trans que ele vive, de forma que mais pessoas possam enxergar essa realidade” (SEM TÍTULO, 2018).

Figura 13 – Sem título



Fonte: <https://ativistatransanonimo.tumblr.com>

Quadro 17 – Sem título

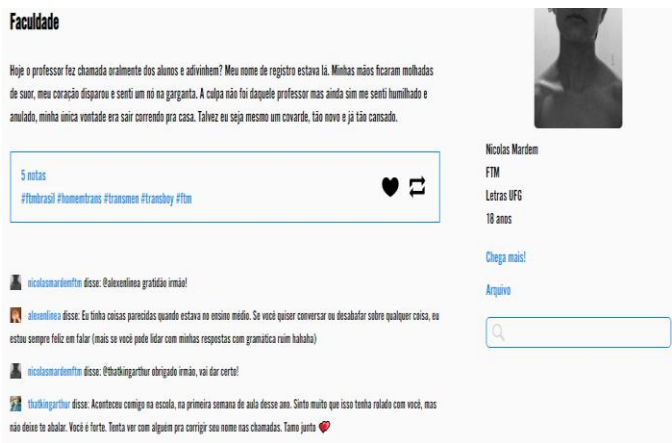
Blog analisado: Sem titulo		
Link: https://ativistatransanonimo.tumblr.com		
Período de início atividade da página: 2018 (ativa)		
Critérios dentro da seleção	Autoridade na seleção	Autoria própria, sem informações sobre o autor.
Elementos de autoridade	Autoridade científica	Não encontrado
	Autoridade cognitiva	Compartilhamento de outros <i>blogs</i> , charges/humor
	Autoridade epistêmica	Publicações pessoais sobre saúde, mudança de registros e identificação de gênero
Local de fala	Aspectos que autorizem o autor	2 comentários concordando com os textos, 6 curtidas, 1 compartilhamento

Fonte: Elaborado pelo autor.

Tocante aos critérios de autoridade para seleção observa-se a existência de uma autoria própria, mas sem identificação e não conta com editoras ou financiamento. Não foram encontradas autoridades científicas. Complementarmente àqueles critérios utiliza a autoridade cognitiva com o compartilhamento dos *blogs*, juntamente com a autoridade epistêmica mediante o compartilhamento de publicações autorais. Quanto à autoridade a partir do local de fala, conteúdos do *blog* receberam 2 comentários concordando com os textos, 6 curtidas e 1 compartilhamento.

O *blog* “Nicholas Mardem” iniciou em novembro de 2017 sob a autoria de Nicholas Mardem, formado em Letras UFG. Tem como objetivo escrever sobre a transexualidade de forma que possam “respeitar a identidade escolhida e que ele possa ser tratado corretamente de acordo com o pronome em que se identifica” (MARDEM, 2017). Além de falar sobre a vivência como pessoa trans, o *blog* traz publicações pessoais em forma de poemas, bem como aborda o processo de transição e as conquistas como homem trans. A principal visão desse *blog* é demonstrar que outras pessoas trans possam ter orgulho de si e de suas escolhas.

Figura 14– Nicholas Mardem



Fonte: <https://nicolasmardemftm.tumblr.com>

Quadro 18 – Nicholas Mardem

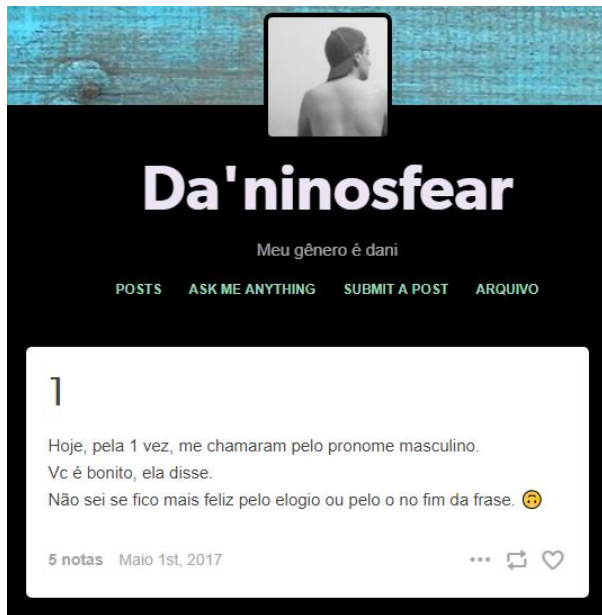
Blog analisado: Nicholas Mardem		
Link: https://nicolasmardemftm.tumblr.com		
Período de início atividade da página: 2017 (ativo)		
Critérios dentro da seleção	Autoridade na seleção	Autoria própria
Elementos de autoridade	Autoridade científica	Não encontrado
	Autoridade cognitiva	Publicação de outros <i>blogs</i> , humor, charges,
	Autoridade epistêmica	Produção de poemas, vivências, imagens antes/depois da transição
Local de fala	Aspectos que autorizem o autor	2 comentários, 1 curtida

Fonte: Elaborado pelo autor.

Em relação aos critérios de autoridade para seleção observa-se autoria própria sem a participação de editoras e não conta com financiamento. Complementarmente àqueles critérios, a autoridade científica pode ser observada já que o autor é formado por uma universidade pública. No que se refere à autoridade cognitiva encontram-se publicações de outros *blogs*; já em relação à autoridade epistêmica, observa-se a produção própria de poemas retratando vivências, imagens antes/depois da transição. Quanto à autoridade a partir do local de fala, conteúdo do *blog* contaram com 3 comentários e 1 curtida.

O *blog* “Da’ninosfear” iniciado em junho de 2016, por autoria desconhecida, objetiva contar as situações dentro da vivência da pessoa trans. O veículo aborda o processo pessoal de preparo para a cirurgia de mastectomia e também as situações do cotidiano, grande parte apresentadas em formato de poesia.

Figura 15 – Da’ninosfear



Fonte: <https://daninosfear.tumblr.com/>

Quadro 19 – Da’ninosfear

Blog analisado: Da’ninosfear		
Link: https://daninosfear.tumblr.com/		
Período de início atividade da página: 2016 (inativo)		
CrITÉRIOS dentro da seleção	Autoridade na seleção	Autoria própria
Elementos de autoridade	Autoridade científica	Não encontrado
	Autoridade cognitiva	Compartilhamento de outros <i>blogs</i>
	Autoridade epistêmica	Produção própria sobre o cotidiano, transição e pronome
Local de fala	Aspectos que autorizem o autor	3 curtidas

Fonte: Elaborado pelo autor.

Tocante aos critérios de autoridade para seleção, observa-se, portanto, que o *blog* apresenta como autoria própria, sem utilizar de editoras ou financiamento. Não utiliza de autoridades científicas. Complementarmente àqueles critérios, a autoridade cognitiva pode ser situada mediante o compartilhamento de outros *blogs*. A autoridade epistêmica pode ser tematizada à medida que a autoria do *blog* apresenta produções próprias. Quanto à autoridade a partir do local de fala, conteúdo do *blog* receberam 3 curtidas.

O *blog* “negros blogueiros” começou em 2015 por Leonardo Peçanha e também outros autores, sendo motivado haja vista a inexistência, segundo os autores, de um espaço onde homens trans negros pudessem falar da sua vivência. Tem, portanto, o objetivo de abordar “[...] as temáticas da masculinidade negra e transmasculinidade negra, dialogando com temas como gênero, sexualidade, classe e raça buscando uma perspectiva interseccional” (NEGROS BLOGUEIROS, 2015). Discute sobre as vivências de uma pessoa trans, principalmente da pessoa transnegra, abordando sobre racismo e transfobia; aborda, ainda, como esses dois conceitos influenciam o preconceito na sociedade.

Figura 16 – Negros blogueiros



Fonte: <http://negrosblogueiros.com.br>

Quadro 20 – Negros blogueiros

Blog analisado: Negros Blogueiros		
Link: http://negrosblogueiros.com.br		
Período de início atividade da página: 2015		
Crítérios dentro da seleção	Autoridade na seleção	Autoria própria, coletivo de autores.
Elementos de autoridade	Autoridade científica	Não encontrado
	Autoridade cognitiva	Não encontrado
	Autoridade epistêmica	Produção própria na temática da masculinidade e transmasculinidade negra, dentro de temas como gênero, sexualidade, classe e raça
Local de fala	Aspectos que autorizem o autor	1 comentário

Fonte: Elaborado pelo autor

No que se refere aos critérios de autoridade para seleção, observa-se que o *blog* se apresenta como autoral, sem utilizar de editoras ou financiamento. Não apresenta autoridades cognitivas e científicas. Complementarmente àqueles critérios, pode-se observar a autoridade epistêmica quando o *blog* se utiliza da produção própria sobre a temática da masculinidade e da transmasculinidade negra. Quanto à autoridade a partir do local de fala, o *blog* recebeu apenas 1 comentário.

Quadro 21 - Síntese de títulos, autoria, temas e links dos *blogs* sobre a temática trans

TÍTULO	AUTOR	TEMA	LINK
Degenerads	Jonas Maria	Pesquisas e experiência pessoal	https://jonasdoravante.tumblr.com/
Diário de uma garota trans	Sem autor	Depoimentos de hormonização	https://transicaotranssexuals.tumblr.com/
Boy	Tales	Postagens sobre situações do dia a dia envolvendo a transexualidade	https://talesnasir.tumblr.com/
Espaço Queer	Bree	Linguagem neutra, definições de gênero	https://espaco-queer.tumblr.com/
Espectrometria não binária	Sem autor	Linguagem neutra, definições de gênero e temas relacionados a corporalidade	http://espectrometria-nao-binaria.tumblr.com
Mídia queer	Coletivo Resistencia não binária	Notícias, atualidades dentro da transexualidade	https://midiaqueer.tumblr.com
Mais um homem trans	Sebastian	Relato da transição	https://umhomemtrans.tumblr.com
Resistência não binária	Coletivo Resistência não binária	Artigos sobre hormonização e direitos LGBTQI+	https://reexistenciaaobinaria.tumblr.com/
Transfinge	Arthur Malena	Relatos pessoais da transição, não binariedade e disforia	https://transfinge.tumblr.com
Transgredindo a norma	Coletivo de autores	Definições de opção sexual e gênero	https://transgredindo-a-norma.tumblr.com
Trans Conecction	Lindsay Lohanne	Livros, artigos, notícias e opiniões de terapeutas e psicólogos	https://transconnection.wordpress.com
Ivan	Ivan	Publicações pessoais sobre a transição	https://ivanbrittoo.tumblr.com
Sem título	Não e contrado	Publicações pessoais saúde, mudança de registros e	https://ativistatransanonimo.tumblr.com

		identificação de gênero	
Nicholas Mardem	Nicholas Mardem	Relatos pessoais, poemas e imagens antes e depois da transição	https://nicolasmardemftm.tumblr.com
Da'ninosfear	Não encontrado	Relatos sobre o cotidiano, transição e pronomes	https://daninosfear.tumblr.com/
Negros blogueiros	Coletivo de autores	Transmasculinidade negra	http://negrosblogueiros.com.br

Fonte: Elaborado pelo autor.

Com o propósito de auxiliar na busca de informações dos usuários ou a elaboração, por parte dos profissionais de informação, de serviços de informação sobre a temática, o quadro síntese mostra os principais assuntos (de acordo com os marcadores das postagens), de modo que possa ser utilizado, ademais, em estudos afins. As postagens de hormonização não tem o objetivo de ser um guia para automedicação; é necessário tratamento especializado para cada pessoa. É importante que pessoas trans tenham outras pessoas trans para se espelharem, por isso as postagens pessoais, até mesmo de situações cotidianas, são fontes de informação dentro da comunidade.

Dentro das várias expressões de gênero não se pode padronizar apenas uma como exemplo e utilizar como um modelo; por exemplo, a transmasculinidade negra é diferente das outras transmasculinidades, a experiência não binária difere das outras experiências trans etc. Desse modo, a visibilidade de *blogs* que falam sobre outras transexualidades deve ser respeitada e divulgada de modo que essas informações possam alcançar mais pessoas que se identificam nessa situação.

4.3 Síntese interpretativa

Conforme apresentado nos quadros 5 a 20, as autoridades de validação foram descritas com exemplos que se aplicam nas publicações dos *blogs*; por isso, o campo de descrição da validade serve para demonstrar quais os tipos de autoridades são utilizados nas postagens. Ao utilizar comentários postados no campo local de fala é uma forma de demonstrar que as pessoas que leem os assuntos concordam ou não com o que foi exposto, validando assim que existem pessoas que se identificam na fala do autor/mantenedor do *blog*. Há casos que, pela ausência do registro da interação dos sujeitos com o *blog*, não são passíveis de verificação da

concordância ou discordância dos leitores com relação ao posicionamento e/ou local de fala do autor.

As páginas utilizadas, todas disponíveis na internet, são mais procuradas por interessados dentro da temática, o que facilita a identificação de dois possíveis diagnósticos: 1. Número de acessos menor. Nesse caso, há de se recordar a especificidade do público que procura essas informações. Tal especificidade auxilia na mensuração do *feedback* dentro das postagens, convergindo com a hipótese da quantidade menor de curtidas, compartilhamentos ou comentários. 2. Dificuldade de encontrar comentários que invalidem a publicação. Ao menos nesta pesquisa, nos *blogs* utilizados não foram encontrados comentários ofensivos, transfóbicos ou negativos que desrespeitassem as postagens dentro do Tumblr e Wordpress.

Ao contrário, identificaram-se interações de sujeitos que tinham curiosidade sobre a temática. Por pertencer à esfera pública, o conteúdo pode ser apropriado e reapropriado, significado e ressignificado, mediante o olhar do outro, influenciando, assim, a formação de coletividades e do próprio *self* (ROJAS, 2015, p.218).

Há uma incidência de *blogs* que compartilham e divulgam produções acadêmicas dentro da temática, demonstrando o que está sendo produzido academicamente. Alguns desses *blogs* possuem até uma bibliografia para consulta ou indicação ou *links* para bibliotecas *online* onde é possível ter acesso a esses artigos e livros sobre estudos dentro da temática. Mas o que mais chama a atenção é identificar que parte das páginas é utilizada como diário sobre situações específicas, consultas médicas, tratamento no pronome desejado, entrevista de emprego e etc., de modo que sirva como exemplo ou instrução para outras pessoas trans que, por ventura, possam se beneficiar das informações fornecidas.

Cada sujeito relata suas experiências e vivências da transição, gerando um entendimento compartilhado entre sujeitos que são capazes de (re) negociar etapas, processos e conceituações normatizadas, de modo a questionar a própria compreensão do que vem a ser trans (ROJAS p. 236). Por esse aspecto de diário encontrado em muitas páginas, não há a preocupação em procurar publicações científicas que validem o que a pessoa está escrevendo, pois, a partir da experiência como pessoa trans, a pessoa/autor se torna uma autoridade por falar dentro da narrativa em que vive, reivindicando um local de fala onde possa se posicionar e demonstrar situações que somente uma pessoa trans se identificaria, de modo que possa ser compartilhada, curtida, e lida por qualquer pessoa que sinta necessidade de buscar essa informação.

Há uma produção própria dentro desses *blogs*, seja para relatos, publicação de notícias, arte e/ou humor e, também, para o compartilhamento e divulgação de outros *blogs*

que trabalham dentro dessa temática, principalmente divulgando *blogs* antigos que surgiram quando ainda não se falava muito sobre a questão da transexualidade como, por exemplo, o “Mais um homem trans”, “Ivan”, “Sem título” e outros. Esses *blogs* iniciais servem também como referência de *blogs* mais atuais, que acabam utilizando ou seguindo o exemplo daqueles *blogs*. Acabam se tornando pioneiros no estudo e em abordar a temática no Brasil dentro da cultura de *blogs*. Alguns se encontram abandonados e sem atualizações.

Os *blogs* também servem para difundir os novos conceitos que aparecem a cada dia dentro da temática, como, por exemplo, novas definições de gênero, definições de orientação sexual, notícias que afetam direitos de pessoas trans, utilização de pronomes masculino, feminino e neutro, empregabilidade, dentre outros assuntos. Além disso, com a produção e compartilhamento de quadrinhos e de charges nos *blogs*, percebe-se não apenas o propósito de entreter, mas também de explicar situações de um modo mais lúdico como, por exemplo, os *blogs* “Espaço queer” e “Espectrometria não binária” que, por meio de imagens coloridas e que chamam a atenção, trazem definições sobre não binários, agêneros, gênero fluido e outros gêneros que não tem tanto destaque em outras mídias.

A maior possibilidade de participação na cultura midiática permite às pessoas trans tomar conta de sua própria representação. Nas palavras de Butler (2004, p.91), as pessoas trans têm de se submeter a rótulos e nomes, a incursões, a invasões, são avaliadas pelas medidas de normalidade e testes e, por isso, podem não conseguir ou não poder dizer o que realmente pensam ser verdadeiro, demonstrando assim a necessidade de espaços onde possam difundir as suas vivências e experiências.

Ou seja, tudo o que está diretamente ou indiretamente ligado a questão da temática acaba sendo difundido nos *blogs*, fazendo com que as páginas, mesmo não reconhecidas academicamente como fonte de informação, sejam validadas por atenderem uma demanda de informação específica, de um grupo específico que pode não se ver representado em uma publicação científica, por exemplo. Essa é a principal missão do local de fala: garantir que essas vozes tenham espaço para falar e propor a suas próprias temáticas e necessidades, que possam ser utilizadas como fonte de informação para essas comunidades. Nessa direção, mesmo os *blogs* que não abordem completamente a temática, eles podem ser utilizados especificamente como fonte de referência por tangenciarem a temática trans.

As autoridades, mesmo com cada especificidade dentro de seus significados, têm em comum validar o conhecimento sobre determinado assunto. Podem ou não contemplar todas as faces do objeto de pesquisa que de se propõe a falar. Por isso, o local de fala se torna um

conceito importante ao complementar o conhecimento de autoridades, trazendo novas características e utilizando-se de conceitos já intrínsecos nas outras autoridades.

Por não ser necessário perpassar órgãos de validação (como editoras, agências de fomento e etc.) como a autoridade cognitiva se apresenta, o conceito de local de fala pode ser uma alternativa para a publicação autoral e/ou para a validação da informação em meios alternativos, assim como a autoridade epistêmica que utiliza a própria consciência para julgar o que pode ser publicado ou não.

Ao mesmo tempo, o local de fala carrega uma característica que a autoridade científica também carrega que é uma espécie de “validação por pares”. Nesse caso, a validação pode não ser por pares científicos, mas por pares que têm as mesmas vivências e experiências do autor que se coloca como exemplo, trazendo assim um contexto de pares já intrínsecos na validação por experiências de outros indivíduos que possam reafirmar o que é exposto na informação utilizada.

Por isso, o local de fala pode se apresentar como uma alternativa de junção de conceitos de validação, utilizando a validação de pares, a “desinstitucionalização” e a autoria própria. Esses aspectos podem, portanto, serem objeto de validação da informação, principalmente em mídias alternativas que não têm aderência aos critérios utilizados pelos meios de publicação tradicional ou institucional, no sentido forte do termo (RABELLO, 2019).

Desse modo, utilizando os critérios de autoridade e incluindo o local de fala na filtragem do conteúdo para a seleção do que pode compor o acervo de uma biblioteca, principalmente da BD, pode ser um modo de auxiliar o profissional bibliotecário no processo de intermediação da informação, bem como a comunidade usuária a procurar e buscar aquilo que mais se enquadra nas suas situações de necessidade, seja para suprir interesses pessoais, coletivos, científicos, dentre outros.

5 CONCLUSÕES

Este trabalho propôs refletir sobre fontes alternativas de informação para o desenvolvimento de coleções, focando, para tanto, na temática da transexualidade. Ao pensar nas possibilidades do que pode ou não ser considerado uma fonte de informação, a pesquisa se deparou com uma produção a margem do que é produzido e validado institucionalmente. É nesse aspecto que minorias que não tem seu local de fala reconhecido encontram subsídio para se expor e tratar de assuntos relevantes para o público em questão, no caso aqui, a comunidade trans.

Construindo sua própria memória dentro desses espaços, por intermédio de *sites*, *vlogs* e *blogs* os sujeitos são ao mesmo tempo e incessantemente produtores e audiência (usuários, leitores, espectadores), situados em um processo de aprendizagem e produção de saber contínuo, mediado pelo espaço-tempo da prática social (ROJAS, 2015, p.211). Em tais lugares, pessoas procuram sobre assuntos por vezes ignorados por veículos de comunicação tradicionais (mesmo em *websites* a eles vinculados), encontrando um espaço para discussão e identificação mediante relatos, notícias e outras referências. A internet proporcionou a construção de um espaço no qual “[...] performances e percepções do social adquiriram uma nova elasticidade, ainda que as consequências estejam condicionadas aos contextos locais e aos recursos de *media* utilizados” (ROJAS, 2015, p.209).

Ainda não há o subsídio necessário para tratamento da questão das minorias sociais, mas já se nota certa produção em trabalhos acadêmicos que abordam sobre o tema na CI. Para isso é necessário principalmente que mais pessoas trans frequentem o espaço que a universidade oferece, ocupando e tomando a voz do local de fala que é de direito delas para que, dessa forma, questões importantes que envolvem o meio possam ser discutidas e aprimoradas dentro da área. Espera-se contribuir, com este trabalho, para suscitar outros estudos no campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação, pois, quanto mais assuntos dessa natureza forem abordados na academia, mais a área poderá aprender sobre a temática. Entende-se que a produção de conhecimento e o debate sobre temas acerca de minorias é um modo de combate preconceitos. A Biblioteconomia ainda tem um longo percurso nessa questão, como, por exemplo, as classificações de gênero e sexualidade em instrumentos de organização do conhecimento, como é o caso da Classificação Decimal Universal onde se encontra a definição sobre “[...] pessoas com características sexuais, psicosssexuais ou sociossexuais incertas, ambivalentes ou outras características sexuais especiais. Inclusive

assexuadas, lésbicas, transexuais, travestis, pervertidos sexuais, sádicos e masoquistas. ” (CDU 1997, p.88).

As bibliotecas são responsáveis por disponibilizar e tratar informações válidas, por isso cabe ao bibliotecário filtrar informações relevantes para seus usuários. Levando em consideração a rede de informações encontrada hoje na Web é importante que o bibliotecário também utilize, por meio de políticas, formas de selecionar informações relevantes e alternativas com o propósito de complementar as coleções e as possibilidades de acesso à informação, em distintas perspectivas.

Apresentaram-se o local de fala e os conceitos de autoridade como meio de validar as informações que não contêm os requisitos formais de autoridade, conforme os aspectos de forma, conteúdo e legitimação institucional identificados, por exemplo, nas publicações acadêmicas. Busca-se, portanto, lançar um novo olhar para publicações que estão à margem da validação convencional.

Pensando nisso, mediante os quadros empregados na pesquisa para coleta e análise dos resultados – que contempla os critérios de autoridade de seleção, autoridade científica, autoridade cognitiva, autoridade epistêmica e a autoridade do local de fala –, foi proposto um “guia” para seleção de fontes de informação dentro da temática proposta neste trabalho ou para outras temáticas, de modo que os critérios de autoridades para o desenvolvimento de coleção possam se complementar entre si de modo a trazer uma análise mais completa das fontes de informação ou de informação no contexto das mídias alternativas.

Tais quadros podem ser utilizados na avaliação de outros assuntos que venham a necessitar de métodos de avaliação que contemplem informações na internet e que necessitem da articulação de conceitos de autoridade. A utilização foca principalmente na validação de informações que podem não ser contempladas nos critérios convencionais de informação, mas que, ainda sim, necessitam de um tratamento para seleção de informações específicas que atendam às necessidades da biblioteca, de unidades de informações e, sobretudo, da comunidade usuária.

Para além do contexto de desenvolvimento de coleções, o modo de validação da informação proposto pode ser empregado no serviço de referência, ou seja, para serviços de intermediação da informação (conforme observado no Quadro 21). Tais serviços podem ser oferecidos pelo website institucional da biblioteca ou da unidade de informação ou pelo bibliotecário de referência (*in loco* ou à distância). Enfim, um serviço que possa ser utilizado diretamente pelo usuário que busca um atendimento sobre informações acerca de determinado assunto que, por ventura, tem pouca inserção em mídias convencionais, podendo ser

intermediado pelo profissional como um serviço especializado e/ou diferenciado em uma biblioteca ou unidade de informação.

Espera-se que esse trabalho possa contribuir para a reflexão sobre a temática e ser mais uma abertura para estudos congêneres.

Referências

- ADAMS, S. S.; PEIRCE. Is there a transgender canon? Information seeking and use in the transgender community. In: ANNUAL CONFERENCE OF THE CANADIAN ASSOCIATION OF INFORMATION SCIENCE, 2016, Toronto. **Proceedings...** Toronto: [s.n.], June 2006. p. 1-7. Disponível em: <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.624.3853&rep=rep1&type=pdf>>. Acesso em: 19 dez. 2018.
- AKERMAN, M. S.; FIELDING, R. T. Collection Maintenance in the digital library. In: DIGITAL LIBRARIES'95. **Proceedings...** [S.l.:s.n.], jun. 1995, p. 39-48. Disponível em: <<https://pdfs.semanticscholar.org/1c8e/80503166a9c0c0e67d8feac6fc2d92f8a070.pdf>> acesso em: 30 jan. 2019.
- ALCARÓN, A. P. **La biblioteca digital**. Biblioteca Virtual de la UOC, 2000. Disponível em: <<http://openaccess.uoc.edu/webapps/o2/handle/10609/303>>. Acesso em: 04 fev 2019.
- ANDRADE, R. L. V.; ARAÚJO, W. J. Política de Desenvolvimento de Coleções em Bibliotecas Digitais: relato de experiência. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: CBBB. 2013. p. 1338-1348. Disponível em: <<http://anaiscbbd.emnuvens.com.br/anais/article/view/1351>>. Acesso em: 10 fev. 2019.
- ARAUJO, S. A. A construção de uma política de desenvolvimento de coleções: o gerenciamento dos bibliotecários na política de acervo na unama. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, v. 3, n. 2, 2013. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/moci/article/view/2131>>. Acesso em: 10 fev. 2019.
- ARAUJO, N. C.; FACHIN, J. Evolução das fontes de informação. **Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 29, n.1, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/5463>>. Acesso em: 10 fev. 2019.
- ÁVILA, L.K'yo F. **Lugar de fala**: saiba o que significa e qual a importância do conceito. [Entrevista concedida a Beatriz Cerino] Versar, 2018. Disponível em: <<https://www.revistaversar.com.br/lugar-de-fala/>>. Acesso em: 27 jun. 2019.
- BARBOSA, C. A. P.; SERRANO, C. A. **O blog como ferramenta para construção do conhecimento e aprendizagem colaborativa**. Ceará: UFC, 2005 Disponível em: <http://www.virtual.ufc.br/cursouca/aluno_uca_integrado/Web2_Aluno_Int/parada01_cid2/para_saber_mais/011tcc3.pdf>. Acesso em: 12 jan 2019.
- BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. B. **Dossiê assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2018**. [S.l.]: Antra, 2019. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2019/01/dossie-dos-assassinatos-e-violencia-contr-pessoas-trans-em-2018.pdf>>. Acesso em: 25 jun 2019.
- BRITO, B. **A Reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2006.
- BREE. **Espaço queer**. [Blog]. [S.l.:s.n.], 2015. Disponível em: <<https://espaco-queer.tumblr.com/>> Acesso em: 30 jul 2019.
- BUCKLAND, M. K. Information as a thing. **Journal of american society for information Science**, v.42, 1991. p.351-360. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/%28SICI%291097->

4571%28199106%2942%3A5%3C351%3A%3AAID-ASI5%3E3.0.CO%3B2-3#pane-pcw-references>. Acesso em: 18 jan. 2019.

BUCKLAND, M. K. What is a “digital document”? **Journal of american society for information Science**, v.48, n.9, Set. 1997. Disponível em: <<https://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EdbertoFerna/what-is-a-digital-document.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2019.

BUTTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

CANCIAN, R. **Estado do bem estar social: História e crise do WelfareState**. [S.l.]: Uol, 2007. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/sociologia/estado-do-bem-estar-social-historia-e-crise-do-welfare-state.htm>>. Acesso em: 24 jun. 2019.

CELIO, A. Na política pelo direito de viver: primeiras deputadas trans falam sobre seus mandatos. **Revista Azmina**. [S.l.:s.n.]: 2019. Disponível em: <<https://azmina.com.br/reportagens/na-politica-pelo-direito-de-viver-primeiras-deputadas-trans-do-brasil-falam-sobre-seus-mandatos/>>. Acesso em: 18 jan. 2019.

CONARQ. **Glossário: documentos arquivísticos digitais**. 7ed. [S.l.:s.n.]: 2016. Disponível em: <http://conarq.arquivonacional.gov.br/images/ctde/Glossario/2016-CTDE-Glossario_V7_public.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2019.

CORDEIRO, F. A. V.; FERREIRA, S. A.; MIRANDA, M. G. Políticas públicas: abordagens acerca da alteração de nome e de gênero de pessoas trans. **Auditorium**, v. 22, n. 44, 2019, p. 115-131. Disponível em: <<http://revistaauditorium.jfrj.jus.br/index.php/revistasjrj/article/view/136/122>>. Acesso em: 20 jan. 2019.

CUNHA, M. B. Das bibliotecas convencionais às digitais: diferenças e convergências. **Perspectivas em Ciência da informação**, v. 3, n.1, jan/abr 2008, p. 2-17. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/221/388>>. Acesso em: 20 jan. 2019

CUNHA, M. B. **Para saber mais: fontes de informação em ciência e tecnologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2001.

DA’NINOSFEAR. [Blog]. [S.l.:s.n.], 2016. Disponível em: <<https://daninosfear.tumblr.com/>>. Acesso em: 30 jul. 2019.

DIÁRIO DE UMA GAROTA TRANS. [Blog]. [S.l.:s.n.], 2014. Disponível em: <<https://transicaotransexuais.tumblr.com/>> Acesso em: 30 jul 2019.

DIAS, G. D.; SILVA, T. E.; SERVANTES, B. M. N. Política de desenvolvimento de coleções para documentos eletrônicos: tendências nacionais e internacionais. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 17, n. 34, 2012, p. 42-56. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2012v17n34p42/22652>>. Acesso em: 28 jan 2019.

DIAS, M. M. K.; PIRES, D. **Formação e desenvolvimento de coleções de serviços de informação**. São Carlos: EdUFSCar, 2003.

DUARTE, M. J. O. **40 anos da história do movimento LGBT no Brasil: memórias, desafios atuais e novas perspectivas**. [entrevista concedida a] Tatiana Lionço, Mario Felipe de Lima Carvalho, Thiago Coaci. [S.l.]: Unilab. 2018. Disponível em: <<http://www.revistas.unilab.edu.br/index.php/rebeh/article/view/220>>. Acesso em: 28 jan. 2019.

DODEBEI, V. Cultura Digital: novo sentido e significado de documento para a memória social? **DataGramaZero**, v. 12, n. 2, abr. 2011. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000010068/8f7711bef08bead4e6fd8e55584b5c72/>>. Acesso em: 27 jan 2019.

EDUVIRGES, J. R. O processo de formação e desenvolvimento de coleções da Biblioteca Central da Universidade Estadual do Piauí. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, v. 3, n. 2, 2013. p.1-15. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/moci/article/view/2200>>. Acesso em: 27 jan. 2019.

ESPECTOMETRIA NÃO BINÁRIA. [Blog]. [S.l.:s.n.], 2014. Disponível em: <<http://espectrometria-nao-binaria.tumblr.com>> Acesso em: 30 de jul 2019

EVANS, G. E.; SAPONARO, M. Z. **Collection management basics**.6.ed. Santa Barbara, CA : Libraries Unlimited, 2012.

FALLIS, D. On verifying the accuracy of information: philosophical perspectives. **Library Trends**. v. 52, n. 3, p. 463-487. 2004. Disponível em: <<https://pdfs.semanticscholar.org/07c6/11a453098ccb2241038adc946031578c4010.pdf>>. Acesso em:24 jun 2019

FIGUEIREDO, M. F.; GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Relações ou semelhanças de família em critérios utilizados para julgamento de informações na web. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO,12.,2011, Brasília. **Anais...** Brasília: ANCIB; UnB,23 – 26 out. 2011. p. 88-103. Disponível em:<<http://200.20.0.78/repositorios/handle/123456789/1168>>. Acesso em: 31 jan 2019.

FIGUEIREDO, M. F.; SALDANHA, G. S. Notas sobre autoridade epistêmica: entre Pierre Bourdieu e Patrick Wilson. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO,17., 2016, Salvador. **Anais...** Salvador: ANCIB; UFBA, 2016. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/3322/2016_GT5-CO_18.pdf?sequence=1>. Acesso em: 30 jan 2019.

FOUCAULT, M. **Historia da sexualidade I: a vontade de saber**. 13.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Novas configurações do conhecimento e validade da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO,8., 2007, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA/PPGCI; Ancib, 28-31 out. 2007. Disponível em: <<http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/24/GT1--177.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 10 fev. 2019.

HEERY, R.; ANDERSON, S. Digital repositories review. **Joint Information Systems Committee**, 2005. Disponível em: <<https://researchportal.bath.ac.uk/en/publications/digital-repositories-review>>. Acesso em: 26 jan. 2019.

IVAN. **Ivan FTM**. [Blog]. [S.l.:s.n.], 2017. Disponível em: <<https://ivanbrittoo.tumblr.com>>. Acesso em: 30 jul. 2019.

JÄGER, C. **Epistemic authority, preemptive reasons, and understanding**. Department of Philosophy, University of Innsbruck. Áustria, mar. 2015. Disponível em: <<https://www.uibk.ac.at/philtheol/jaeger/publ/epistemic-authority-c.-jaeger-final-march-17-2015.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2019.

JESUS, J. G. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos:** Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião. Brasília: [s.n.], 2012. Disponível em:

<https://www.sertao.ufg.br/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES_POPULA%C3%87%C3%83O_TRANS.pdf?1334065989>. Acesso em: 05 dez. 2018.

KIM, K.-S. SIN, S.-C. J.; YOO-LEE, E. Y. Undergraduates' use of social media as information Sources. **College & Research Libraries**, p. 442-457, jul. 2014. Disponível em:

<<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1002/meet.2011.14504801283>> Acesso em: 16 jan 2019

KOMESU, F. C. Blogs e as práticas de escrita sobre si na internet. In: MARCUSCHI, L. A.; XAVIER, A. C. (Org.). **Hipertexto e gêneros digitais**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004. p.110-119.

LEROUX, E. Bibliotecas virtuais e desenvolvimento de coleções: o caso dos repertórios de sites Web. **IEncontrosBibli**, n. 23, 2007. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/viewArticle/316>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

LOHANNE, Lindsay. **Trans Connection**. [Blog]. [S.l.:s.n.], 2014. Disponível em:

<<https://transconnection.wordpress.com/>>. Acesso em: 30 jul. 2019.

LIXIN, X.; THU, K. M. E-sources collection development process. **Journal of Advances in Information Technology**, v. 8, n. 4, 2017. Disponível em:

<<http://www.jait.us/uploadfile/2017/1128/20171128033957748.pdf>> Acesso em: 02 fev 2019.

LUNA, E. B. **A literatura e a prática do desenvolvimento de coleções em bibliotecas digitais:** um estudo das bibliotecas digitais jurídicas de Brasília. 2018. Monografia (Bacharelado em Biblioteconomia) – Universidade de Brasília, 2018. Disponível em:

<http://bdm.unb.br/bitstream/10483/21832/1/2018_EmanuellaBarcellosLuna_tcc.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2019.

LUZ, C. S. O entorno da biblioteca digital online: relação interface e usabilidade. **Páginas A&B**. s.3, n. 9, 2018. p.3-11. Disponível em:

<<https://doi.org/10.21747/21836671/pag9a1>> Acesso em: 25 mar 2019

MALENA, Arthur. **Transfinge**. [Blog]. [S.l.:s.n.], 2014. Disponível em:

<<https://transfinge.tumblr.com>> Acesso em: 30 jul. 2019.

MARCHIORI, P. Z. "Ciberteca" ou biblioteca virtual: uma perspectiva de gerenciamento de recursos de informação. **Ci. Inf.**, v. 26, n. 2, mai/ago. 1997. p.1-10. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010019651997000200002&script=sci_arttext&tlng=es>

Acesso em: 01 jan 2019

MARDEM, Nicholas. **Nicholas Mardem**. [Blog]. [S.l.:s.n.], 2017. Disponível em:

<<https://nicolasmardemftm.tumblr.com>>. Acesso em: 30 jul. 2019.

MARIA, J. **Degenerads:** reflexões testosterônicas coletivas. [Blog]. [S.l.:s.n.], 2015. Disponível em:

<<https://jonasdoravante.tumblr.com/>> Acesso em: 30 jul. 2019.

MARQUES, G. **Lugar de fala:** saiba o que significa e qual a importância do conceito. [entrevista concedida a Beatriz Cerino Versar]. [S.l.:s.n.], 2018. Disponível em:

<<https://www.revistaversar.com.br/lugar-de-fala/>>. Acesso em: 27 jun. 2019.

MARTINS, W. **A palavra escrita:** história do livro, da imprensa e da biblioteca. [S.l.:s.n.], 2002.

MATTOS, A. M.; DIAS, E. J. W. Desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias: uma abordagem quantitativa. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 14, n. 3, p. 38-60, dez. 2009. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/214/634>>. Acesso em: 08 jan. 2019.

MAZETTI, H. M. Mídia alternativa para além da contra-informação. In: WOITOWICZ, K. (Org.). **Recortes da mídia alternativa: histórias e memórias da comunicação no Brasil**. Ponta Grossa: UEPG, 2009. p. 287-301.

MIDIA QUEER. [Blog]. [S.l.:s.n.], 2016. Disponível em: <<https://midiaqueer.tumblr.com>> Acesso em: 30 jul. 2019.

MIRANDA, A. C. C. Desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 4, n. 2, p. 1-19, 2007. Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/2018>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

MIRANDA, A. C. C. Gestão de coleções para bibliotecas especializadas: Uma perspectiva teórica para o planejamento de recursos informacionais. **Ci. Inf.**, v. 5, n. 2, p. 95-105, maio/ago. 2018. Disponível em: <<http://www.seer.ufal.br/index.php/cir/article/view/5198/3877>>. Acesso em: 05 jan. 2019.

MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2010.

MORAES, D. Comunicação alternativa, redes virtuais e ativismo: avanços e dilemas. **Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación**. v. IX, n. 2, maio/ago. 2007. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=63827>. Acesso em: 21 jan. 2019

MORENO, C. T. C. Sobre pontes: o imperativo da interdisciplinariedade no mundo das bibliotecas digitais. São Paulo: **Revista USP**, n.80, p. 88-95, dez./fev. 2009. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13719>>. Acesso em: 25 jan. 2019.

MOTHERDAUI, L. **Guia de estilo web**. São Paulo: SENAC, 2007.

MUELLER, S. P. M. A ciência, o sistema de comunicação científica e a literatura científica. In: CAMPELLO, B. S.; CENDÓN, B. V.; KREMER, J. M. (Org.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. p.21-34.

NASIR, Tales. **Boy**. [Blog]. [S.l.:s.n.], 2018. Disponível em: <<https://talesnasir.tumblr.com/>>. Acesso em: 30 jul. 2019.

NEGROS BLOGUEIROS. [Blog]. [S.l.:s.n.], 2015. Disponível em: <<http://negrosblogueiros.com.br>>. Acesso em: 30 jul. 2019.

OLIVEIRA, M. Origens e evolução da ciência da informação. In: OLIVEIRA, M. (Org.). **Ciência da informação e biblioteconomia: novos conteúdos e espaços de atuação**. Belo horizonte: UFMG, 2005.

ORTELLADO, P. Sobre o “lugar de fala”. **Esquerda online**, 2017. Disponível em: <<https://esquerdaonline.com.br/2017/01/08/sobre-o-lugar-de-fala/>>. Acesso em: 12 mar 2019.

PIMENTEL, C. A escrita íntima na internet: do diário ao blog pessoal. **Revista da Pós-Graduação em Literatura Portuguesa da UERJ**, n.14, 2011. Disponível em: <http://www.omarrare.uerj.br/numero14/pdf/CARMEM_PIMENTEL.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2019.

PALETTA, F. C. et al. Estudos de usuário e o planejamento dos serviços de informação em biblioteca. **Revista ABC**, v. 21, n. 1, p. 145-155, 2016. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5392276>>. Acesso em: 30 jan. 2019.

PEDRA, C. B. et al. Políticas públicas para inserção social de travestis e transexuais: uma análise do programa “transcidadania”. **Revista - Revista de Ciências do Estado**, v.3, n.1, p. 170-199, jan./jul. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/revista/article/view/5091>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

PEREIRA, A. O. O que é lugar de fala? **Leitura: Teoria & Prática**, v.36, n.72, p.153-156, 2018. Disponível em: <<https://ltp.emnuvens.com.br/ltp/article/download/670/448>>. Acesso em: 27 jun. 2019.

PINTO, E. M.; LEITE, F. C. L. Informação e diversidade: estudos de práticas informacionais em comunidades compostas por pessoas transgênero. **PontodeAcesso**, v. 12, n. 1, p. 97-112, abr. 2018. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/25448>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

PREU, Roberto de Oliveira; BRITO, Carolina Franco. A questão trans no cenário brasileiro. **Revista periódica**, n. 10, v. 1, nov. 2018. p.95-117. Disponível em: <<https://www.politicasculturaisemrevista.ufba.br/index.php/revistaperiodica/article/view/27809/17147>>. Acesso em: 15 mar. 2019.

PRITCHARD, S. M. **Planning digital libraries: definitions and decisions**. [S.l.]: Northwestern University, 2014. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/18131/PLANNING%20DIGITAL%20LIBRARIES.pdf?sequence=2&isAllowed=y>>. Acesso em: 20 fev. 2019.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2.ed. Rio Grande do Sul: Universidade Feevale, 2013.

RABELLO, Rodrigo. Informação institucionalizada e materializada como documento: caminhos e articulações documentais. **BrazilianJournalofInformationStudies: ResearchTrends**.13:2 p5-p25. 2019. Acesso em: jun 2019. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjis/article/download/8932/5737/>>.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RIEH, S. Y. Cognitive Authority. In: FISHER, K.E.; ERDELEZ, S.; McKECHNIE, L. **Theories of Information Behaviour**. Medford: Information Today, 2005. Disponível em: <http://rieh.people.si.umich.edu/papers/rieh_IBTheory.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2019.

RIEH, S.Y. Judgment of information quality and cognitive authority in the web. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 53, p. 145-161, 2002. Disponível em: <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.102.3088&rep=rep1&type=pdf>>. Acesso em: 10 jan 2019.

ROJAS, E. **Trans narrativas do self: uma análise a partir de diários virtuais de transição transexual no YouTube**. 2015. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/14085/1/TESE%20Eveline%20Gama%20Rojas.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2018.

ROSETTO, M. Bibliotecas digitais: cenário e perspectivas. **RBBD**, v.4, n.1, p.101-130, ago. 2008. Disponível em: <<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/101/92>>. Acesso em: 20 jan. 2019.

SALGADO, L. S.; GATTI, M. A. Considerações sobre o sintagma “Lugar de fala”: um operador de vozes empoderadas? **Discurso & Sociedad**, v.12, n.3, p.565-580, 2018. Disponível em: <[http://www.dissoc.org/ediciones/v12n03/DS12\(3\)Salgado&Gatti.pdf](http://www.dissoc.org/ediciones/v12n03/DS12(3)Salgado&Gatti.pdf)> Acesso em: 15 mar. 2019.

SANTOS, Henrique Machado dos; FLORES, Daniel, As vulnerabilidades dos documentos digitais: Obsolescência tecnológica e ausência de políticas e práticas de preservação digital. **Biblios**, n. 59, 2015. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=16139578004>>. Acesso em: 18 jan. 2019.

SANTOS, R. N. R.; TARGINO, M. G.; FREIRE, I. M. A temática da diversidade sexual na ciência da informação: a perspectiva da responsabilidade social. **Rebecin**. v. 4, n. 1, p.114-135, jan./jun. 2017. Disponível em: <<http://abecin.org.br/portalderevistas/index.php/rebecin/article/view/57>>. Acesso em: 02 mar. 2019

SEBASTIAN. Mais um homem trans. [Blog]. [S.l.:s.n.], 2016. Disponível em: <<https://umhomemtrans.tumblr.com>> Acesso em: 30 jul. 2019.

[SEM TÍTULO]. [Blog]. [S.l.:s.n.], 2017. Disponível em: <<https://ativistatransanonimo.tumblr.com>>. Acesso em: 30 jul. 2019.

SERRA, L. G. **Livro digital e bibliotecas**. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

SERRA, L. G.; SILVA, F. M. Livros digitais em bibliotecas. **Informação e tecnologia**, v.2, n.2, p.22-34, 2015. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/itec/article/view/26756/17498>> Acesso em: 30 jan. 2019.

SILVA, M. A polissemia do termo "arquivo". In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 17., 2016, Salvador. **Anais...** Salvador: ANCIB; UFBA, 2016. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/enancib2016/enancib2016/paper/viewFile/3879/2444>>. Acesso em: 01 abr. 2017.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3.ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

SIMPSON, K. **Por que o número de candidaturas de pessoas trans aumentou em 2018** [entrevista concedida a Leda Antunes]. [S.l.]: Huffpost, 2018. Disponível em: <https://www.huffpostbrasil.com/2018/09/25/por-que-o-numero-de-candidaturas-de-pessoas-trans-aumentou-em-2018_a_23541532/>. Acesso em: 20 mar 2019.

TAMMARO, A.M.; SALARELLI, A. **A biblioteca digital**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

TERRA, A. L.; SÁ, S. Tudo o que vem à rede é peixe? A credibilidade da informação na web. In: CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 11., 2012, [S.l.]. **Actas...** [S.l.:s.n.], 2012. Disponível em: <<http://bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/441>>. Acesso em: 20 fev. 2019.

TINÔCO, E. C. S. **Critérios de autoridade para a realização de seleção de materiais de informação em bibliotecas especializadas**. 2017. 83 f. Monografia (Graduação em Biblioteconomia). Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

TOMAÉL, M. I. Mídias sociais como fontes de informação. In: TOMAÉL, M. I.; ALCARÁ, A. R. (Org.). **Fontes de informação digital**. Londrina: Eduael, 2016. p.75-197.

TOMAÉL, M. I.; ALCARÁ, A. R.; DI CHIARA, I. G.. Das redes sociais à inovação. **Ci. Inf.**, v. 34, n. 2, maio/ago., 2005. p. 93-104. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-19652005000200010&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 05 mar. 2019.

TRANSGREDINDO A NORMA. [Blog]. [S.l.:s.n.], 2015. Disponível em: <<http://transgredindo-a-norma.tumblr.com>> Acesso em: 30 jul. 2019.

VERGUEIRO, W. **Seleção de materiais de informação: princípios e técnicas**. Brasília: Briquet de Lemos, 2010.

ZAGO, G. Dos blogs aos microblogs: aspectos históricos e características. **Bocc.**[S.l.:s.n.], 2008. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/zago-gabriela-dos-blogs-aos-microblogs.pdf>>. Acesso em: 15 jan 2019.

ZANAGA, M. P., LIENSENBERG, H. K. E. Autoria e compartilhamento social: a criação de conteúdos na internet. **DataGramaZero**, v. 9, n. 1, fev., p.1-25, 2008. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000004838/1096ef2a4e05b095754c5e2af8ae4a83>>. Acesso em: 03 fev. 2019.

WEITZEL, S. R. O desenvolvimento de coleções e a organização do conhecimento: suas origens e desafios. **Perspectivas em ciência da informação**, v. 7, n. 1, 2002. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/414>>. Acesso em: 08 mar. 2019.

WEITZEL, S. R. Desenvolvimento de coleções: origem dos fundamentos contemporâneos. **TransInformação**, v. 24, n. 3, p. 179-190, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tinf/v24n3/a03v24n3>>. Acesso em: 15 jan. 2019.